

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ARETTA NATALIA FILGUEIRA BARRETO

**SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE
NATAL: Uma análise das expressões da Questão Social refletidas
na evasão escolar**

NATAL/RN
2014

ARETTA NATALIA FILGUEIRA BARRETO

**SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE
NATAL: Uma análise das expressões da Questão Social refletidas
na evasão escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte – UFRN, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora Prof^a Ms. Marta Simone Vital
Barreto.

NATAL /RN
2014

ARETTA NATALIA FILGUEIRA BARRETO

**SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE
NATAL: Uma análise das expressões da Questão Social refletidas
na evasão escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte – UFRN, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Aprovado em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Marta Simone Vital Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Prof.^a Ms. Mônica Maria Calixto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

Maria Rosilene da Silva
Assistente Social da Escola Marista Champagnat de Natal
Examinadora

Dedico esse trabalho de conclusão de curso em primeiro lugar a Deus, pois quando pensei que não havia mais solução renovei minhas forças pela fé, em segundo lugar a meus pais, amigos e familiares que estiveram sempre presentes me incentivando e impulsionando para buscar sempre o melhor.

AGRADECIMENTOS

Após quase 05 (cinco) anos de formação acadêmica, e passagem por duas instituições de formação profissional e o processo de transferência, percebo o quanto é gratificante olhar para trás e ver quantos obstáculos foram vencidos, quantas noites mal dormidas, as enfermidades que surgiam para tirar meu foco e minha força, mas Deus esteve sempre comigo me fazendo acreditar que eu tinha potencial para concluir a faculdade sem mais rupturas.

E hoje pareço está vivendo um sonho, sustentado em anos de esforço, perseverança, paciência e coragem na busca de mais saberes sempre. Vale lembrar que não cheguei até aqui sozinha, passei por um processo de aprendizado com inúmeros docentes que pacientemente passavam o conhecimento adquirido na busca em formar profissionais capacitados para intervir junto às demandas sociais, minha eterna gratidão aos meus PAIS, e a minha orientadora de Campo Maria Rosilene da Silva pela confiança, profissionalismo, dedicação, paciência.

A minha orientadora acadêmica Marta Simone, pela disponibilidade, paciência e todo o conhecimento passado que me impulsionou a pensar a criticidade das expressões da questão social, palavras não descrevem o quanto a sua contribuição me ajudou no amadurecimento profissional. Como também agradecer a todos docentes que passaram por minha formação acadêmica contribuindo para o meu amadurecimento intelectual e formação profissional.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com palavras de motivação e atitudes de apoio, e estão sempre próximos de mim, fazendo acreditar que vai valer a pena todo esforço e dedicação.

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso traz a discussão a respeito da abordagem sobre Serviço Social na Escola Marista Champagnat de Natal: Uma análise das expressões da questão social refletidas na evasão escolar. Tendo como objetivo principal analisar as atribuições do Serviço Social no processo de identificação e enfrentamento da evasão escolar e como objetivos específicos identificar as causas da evasão escolar, analisando a intervenção do Serviço Social. A pesquisa monográfica caracteriza-se como pesquisa documental, onde foi possível identificar que as expressões sociais se camuflam no cotidiano escolar dos alunos, mas refletem diretamente no desempenho e abandono da escola. Despertei interesse em explorar essa temática a partir da experiência de estágio supervisionado obrigatório I e II na Escola Marista Champagnat de Natal. A experiência do Estágio possibilitou um amadurecimento quanto ao arcabouço teórico apreendido durante todo o curso, pois foi a partir do estágio que foram abertas inúmeras reflexões fortalecendo, assim, a postura profissional em acordo com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. O contato com a Política de Educação em sua execução propriamente dita ligou os saberes através da interlocução com os profissionais de Serviço Social, Pedagogos e outros, possibilitando uma miscelânea de informações e aguçando cada vez mais a troca de experiência, principalmente no surgimento de novas demandas evidenciadas pelos usuários. Portanto, esse processo de formação foi muito importante à aprendizagem, principalmente pela busca constante do saber, do melhor intervir sob os olhares dos supervisores, que são agentes indispensáveis na aproximação da realidade com a teoria. Concluimos que a discussão das temáticas elencadas não se esgota aqui, apenas coloca-se em cena questões se complexificam e demandam do Estado a garantia da educação como direito e as condições de permanência na escola.

Palavras-Chaves: Serviço Social. Educação. Evasão Escolar.

ABSTRACT

The work of completion brings the discussion of approach to social work in the School Marist Champagnat Christmas: An analysis of the expressions of social issues reflected in truancy. Its main goal is to analyze the tasks of Social Service in identifying and tackling truancy process and how to identify the specific causes of truancy, analyzing Social Services intervention goals. The monographic research is characterized as documentary research, it was possible to identify that social expressions are camouflaged in everyday school life of students, but directly reflect the performance and dropping out of school. Awakened interest in exploring this theme from the supervised experience required I and II in the School Marist Champagnat of Natal. The experience allowed the maturation stage as the theoretical framework seized throughout the course, as it was from the stage that numerous reflections were opened, thus strengthening the professional attitude in accordance with the Code of Professional Ethics / Social Wizard. Contact with the Education Policy in its actual execution called the knowledge through dialogue with practitioners of Social Service, Educators and others, providing a smorgasbord of information and increasingly sharpening the exchange of experience, particularly in the emergence of new demands evidenced by users. Therefore, this training process was very important to learning, especially the constant pursuit of knowledge, the best act in the eyes of supervisors, which are essential parts in the approximation of reality with theory. We conclude that the discussion of topics not listed not end here, just puts on scene issues become complex and require the State to guarantee the right to education and the conditions of staying in school.

Key Words: Social Services. Education. high school dropout.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL.....	25
GRÁFICO 02: FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO DE 2013.....	48
GRÁFICO 03: LOCAL DE MORADIA/GRANDE NATAL DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013.....	49
GRÁFICO 04: LOCAL DE MORADIA/ZONA LESTE DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013.....	50
GRÁFICO 05: LOCAL DE MORADIA/ZONA NORTE DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013.....	51
GRÁFICO 06: LOCAL DE MORADIA/ZONA OESTE DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013.....	52
GRÁFICO 07: DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS EVADIDOS E TRANSFERIDOS 2013.....	54
GRÁFICO 08: DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS EVADIDOS E TRANSFERIDOS 2014.....	55
GRÁFICO 09: DISTRIBUIÇÃO POR CAUSAS DE TRANSFERÊNCIA E EVASÃO	56
GRÁFICO 10: DISTRIBUIÇÃO POR ZONA DE MORADIA.	57
GRÁFICO 11: DISTRIBUIÇÃO POR BENEFÍCIO DO GOVERNO	58

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS:** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CFESS:** Conselho Federal de Serviço Social
- CMAS:** Conselho Municipal de Assistência Social
- CMJ:** Centro Marista da Juventude
- CNAS:** Conselho Nacional de Assistência Social
- CNPJ:** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- COMDICA:** Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- CRAS:** Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS:** Centro de Referência Especializada em Serviço Social
- CRESS:** Conselho Regional de Serviço Social
- DF:** Distrito Federal
- ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA:** Educação para Jovens e Adultos
- ENEM:** Exame Nacional de Ensino Médio
- FIES:** Fundo de Financiamento do Ensino Superior
- FUNDEB:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LOAS:** Lei Orgânica de Assistência Social
- MEC:** Ministério da Educação
- MERCOSUL:** Mercado Comum do Sul
- MOBRAL:** Movimento Brasileiro de Alfabetização
- ONG:** Organização Não Governamental
- PBF:** Programa Bolsa Família
- PNE:** Plano Nacional de Educação
- PROJOVEM:** Programa Nacional de Inclusão de Jovens
- PROUNI:** Programa Universidade para Todos
- REUNI:** Restrução e Expansão das Universidades Federais
- SAEB:** Sistema de Avaliação Básica

SEMAS: Secretaria Municipal de Assistência Social

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UMBRASIL: União Marista do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O MARCO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Um processo em construção	21
2.1 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: como se relacionam?	30
3 OS PARÂMETROS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma análise da prática do assistente social.....	35
3.1 O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: as contradições que permeiam os espaços sócio ocupacionais.....	40
4 O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE NATAL	45
4.1 PERFIL DA DEMANDA INSTITUCIONAL: Uma visão crítica da realidade.	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel importante na sociedade, a qual vem sofrendo transformações históricas, estando ligada aos avanços culturais da sociedade moderna. Atualmente, nos deparamos com a realidade de famílias que têm que se adaptar a essa nova sociedade, tendo que abdicar do cuidado e educação dos filhos em tempo integral, para trabalhar e providenciar o sustento da família.

No entanto, sofrendo influxos desta nova realidade a sociedade busca alternativas para solucionar problemas advindos com tais mudanças, e profissionais como o/a Assistente Social, tem como atribuição lutar pela defesa dos direitos humanos e a ampliação da democracia, no empenho de romper com todas as formas de preconceito, na busca da garantia do pluralismo social. Vale salientar que, a estrutura familiar e escolar, de disciplina, desafios, respeito, reconhecimento e compreensão são fatores importantes para o alcance de resultados positivos na formação dessas crianças e jovens.

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar e refletir sobre as atribuições do Serviço Social no processo de identificação e enfrentamento da evasão escolar, como também refletir sobre a efetivação das políticas públicas no âmbito da educação. O interesse em aprofundar esses aspectos advém da experiência vivenciada no estágio curricular supervisionado do curso de graduação em Serviço Social, realizado na Escola Marista Champagnat de Natal¹, na qual possibilitou a aproximação com a realidade institucional, fomentou a iniciativa de um projeto de intervenção intitulado “Motivando as famílias dos educandos da Escola Marista Champagnat de Natal” gerando inquietações que nos moveram a pesquisar o processo de evasão escolar e seus determinantes.

No Brasil, o Colégio Marista desenvolve suas atividades no âmbito da educação há mais de cem anos, tendo como público principal crianças e jovens. Está dividido em três Províncias e um Distrito; as três regiões denominadas Províncias são: a Província² Marista do Brasil Centro-Norte, a Província Marista do Brasil Centro-Sul e a Província Marista do Brasil do Rio Grande do Sul, a qual abrange o distrito da Amazônia.

¹ Situado na Rua Apodi, Nº330, Tirol, Natal/RN.

² Província é a nomenclatura utilizada pela instituição para indicar divisão territorial.

A Província Centro-Norte abrange 16 estados: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal. A província Centro-Sul abrange os estados de São Paulo, Brasília, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, e o Distrito Amazônia que está presente em seis Estados da região norte do Brasil, exceto Amapá.

No âmbito da cidade do Natal/RN, o espaço físico do Colégio Marista também é utilizado pela Escola Marista Champagnat de Natal. A escola se diferencia do Colégio por ser uma instituição filantrópica, com certificado de entidade de fins filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como também por estar regulamentada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Em 2005, a Escola Marista Champagnat de Natal passou a ter o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) diferenciado, por oferecer ensino gratuito e de qualidade regulamentado pela filantropia. A mesma é voltada para educação de jovens e adultos e oferece o ensino médio no horário das 17h00min às 22h10min horas, ao passo que no turno diurno oferece do ensino infantil ao ensino médio como Colégio Marista, voltado para o ensino privatizado. Vale salientar que no mesmo espaço físico funcionam duas instituições em horários distintos, com missão diferenciada.

De acordo com as informações disponíveis da história da Escola Marista Champagnat de Natal contidas em sua página virtual³, a instituição tem como missão “educar e evangelizar crianças e jovens fundamentadas em São Marcelino Champagnat, para formar cristãos e cidadãos comprometidos na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária” e como princípios:

a educação integral, centrada em Jesus Cristo e inspirada em Maria; articulação entre fé, cultura e vida; qualidade na prestação dos serviços; foco nos resultados nas áreas de atuação, parceria entre irmãos leigos (as); respeito à diversidade e fomento da inclusividades, preferência pelos mais necessitados e suas famílias; responsabilidade social e ambiental; atuação segundo a ética e justiça; sinal profético de solidariedade e de esperança; e uso evangélico dos bens (Regulamento Nacional Institucional, 2014).

³ Informação disponível em <http://marista.edu.br/natal/o-colegio/missao-e-valores/>

As três províncias são formadas por oito mantenedoras Maristas que são responsáveis pela gestão das unidades educacionais de Ensino Básico, Superior e Unidades Sociais. A União Marista do Brasil (UMBRASIL), com sede em Brasília (DF), reúne todas as mantenedoras com a missão de articular e potencializar a presença e ação Marista no Brasil, fundamentada em valores éticos e cristãos.

A Escola Marista Champagnat de Natal atende anualmente em torno de 300 alunos, que previamente passam pelo processo de seleção junto ao Serviço Social da instituição. A matrícula na Escola e o benefício de estudar gratuitamente são concedidos aos candidatos que comprovarem não ter condições de arcar com os custos da mensalidade. O Serviço Social da Escola trabalha diretamente na seleção destes candidatos e utiliza como um dos instrumentos de seleção a ficha socioeconômica e documentos que comprovem a renda do candidato à vaga, que não pode ultrapassar o valor de um salário mínimo e meio per capita.

A lei 12.101/94, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social prevê que:

Para fins de concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverão:

- I. demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).
- II. atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação;
- III. conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes (BRASIL, LEI Nº 12.101/09, art 13).

Atendendo a essas exigências, a Escola dispõe de condições físicas adequadas, com acessibilidade a deficientes físicos, laboratórios, biblioteca, salas climatizadas, como também oferece uma metodologia que possibilita o avanço na construção do saber, tendo como base os princípios da espiritualidade Marial e apostólica, além de desenvolver atividades esportivas, culturais e religiosas para o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem.

⁴ A lei dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

A minha inserção na Escola Marista Champagnat de Natal se deu através da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, que proporcionou a experiência bastante relevante para o processo de formação profissional e amadurecimento como pessoa. O primeiro contato com o campo causou muitas angústias e questionamentos, pelo fato de não ter o conhecimento necessário para compreender as competências e atribuições da Assistente Social nesse âmbito, que para muitos é uma novidade.

A rotina, as vivências e atividades desenvolvidas junto à profissional e à equipe da Escola aproximou realidades, conhecimentos e histórias que confirmam que há demanda social, muitas vezes camuflada. São realidades que se confrontam diariamente, ao deparar-se com uma estrutura de ensino modelo, e para muitos ainda é um sonho, desejo de prosperar, de ter um futuro profissional enriquecedor, e a cada atendimento e visita realizada há uma semente sendo plantada – semente da esperança, motivação, satisfação, desejo de alcançar dias melhores.

O estudo realizado sobre o processo histórico da educação brasileira nos entristece, pois por muitos anos se arrasta uma realidade de uma população que clama por acesso a um ensino de qualidade e efetivo, que sonha com a garantia dos seus direitos e um futuro digno. O Brasil ocupa o ranking de segundo maior índice de analfabetismo da América do Sul e o ensino oferecido é de baixa qualidade, e buscam apenas quantidade – um indicador quantitativo que o tire do ranking dos países menos desenvolvidos.

Os alunos estão inseridos numa sociedade de pura desigualdade social, e são essas contradições que tem sido o campo de intervenção do profissional de Serviço Social, o qual há muitos anos luta pela viabilização do acesso aos direitos da classe trabalhadora. No entanto, os alunos inseridos na Escola Marista Champagnat de Natal tem uma oportunidade ímpar, com acesso a uma excelente educação, a qual infelizmente não está ao alcance de todos, mas aos indivíduos que têm famílias em condições de arcar com os altos custos pela “mercadoria educação”, que deveria ser dever do Estado.

No entanto, junto com a supervisora de estágio, Assistente Social da Escola Marista Champagnat de Natal, pude vivenciar o processo de aprendizagem desde seleções de bolsista às visitas domiciliares; e assim me aproximei da realidade do

aluno, visualizando as problemáticas sociais que os envolvem, camufladas no ambiente escolar. Observei que mesmo a Escola oferecendo todos os recursos para uma educação de qualidade, ainda assim havia uma considerável rotatividade de alunos, causada pelas inúmeras situações de vulnerabilidade social, e em meio a uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar (professores, secretário, coordenador pedagógico, administrador, diretor), o serviço social se faz presente para acolher os sujeitos e intervir nas expressões da questão social.

A aprendizagem é um processo construído em base estruturante que nos capacita para o exercício de diversas atividades. No campo acadêmico, o alicerce deve estar pautado na apreensão de conhecimento, sendo este dividido em teorização e a prática. Entretanto, ao nos depararmos com a realidade da demanda atendida e suas expressões da questão social, observamos que a prática está sempre ligada à compreensão teórica, a qual nos é atribuída ao longo da formação profissional.

Sem o conhecimento teórico as ações seriam meras atividades impensadas, sem respaldo fundamentado através de técnicas e diretrizes que norteiam o Serviço Social. A vinculação da teoria com a prática é resultado de um processo histórico profissional, e o estágio é, sem dúvidas, uma etapa para o encontro dessas dimensões do trabalho profissional.

Após a realização de todas as etapas do curso de Serviço Social, o discente pode visualizar a capacidade de envolvimento entre o conhecimento acadêmico e a prática necessária ao cotidiano profissional, dissolvendo muitos equívocos atribuídos ao senso comum. A experiência de estágio foi muito importante à aprendizagem, principalmente pela busca constante do saber, do melhor intervir, sob os olhares dos supervisores, que são peças indispensáveis ao processo de execução. No geral, o processo de estágio contribui para o entendimento conjuntural da profissão do Serviço Social, não só pela confirmação da necessidade de enfrentamento da questão social, mas também pela complexidade em lidar com diversas demandas no campo de atuação, que é apenas um recorte, uma prévia do que cada futuro profissional vivenciará.

A experiência permite que nos aproximemos de uma realidade que os livros não trazem, onde as causas da evasão escolar, baixo desempenho, o cotidiano de

alunos e familiares são, por vezes, ocultados, mas com o olhar do Serviço Social abrem-se portas para intervenções que contribuam e estreitem as relações entre família e escola.

Esses elementos proporcionaram uma rica experiência e conhecimento acerca da educação, do processo de ensino, das atribuições do Serviço Social no âmbito da educação e da importância da atuação deste profissional neste espaço, visto que o trabalho do assistente social no âmbito escolar não se restringe apenas a intervenções junto aos educandos.

É importante destacar, que a escola também se constitui como espaço de materialização dos problemas sociais que atingem a população brasileira; problemas estes que decorrem da pobreza e miséria e se apresentam das mais diversas formas, conforme expressa CFESS (2001). O Serviço Social é uma profissão com competência para lidar com problemáticas que envolvem a vida social do aluno, mas muitas vezes são camuflados. No entanto, vale ressaltar a importância do profissional de Serviço Social em todos os âmbitos sociais, na saúde, assistência social e educação; para assim poder intervir de forma direta nas expressões da questão social.

Diante desta realidade, buscou-se neste trabalho analisar a atuação do assistente social na identificação e enfrentamento das causas de evasão escolar, como compreender como reflete o papel do Serviço Social na Educação e sua participação no enfrentamento das expressões da questão social e, assim, identificar as causas de evasão escolar e a importância da intervenção do assistente social. As questões que norteiam este estudo estão ligadas à identificação do perfil dos alunos evadidos, considerando a faixa etária, o local de moradia e as causas da evasão escolar, para assim compreender como se dá essas expressões da questão social.

A escola se constitui como arena das expressões da questão social, onde envolve inúmeras realidades de vulnerabilidade social. O ambiente escolar está longe de ser um local isolado onde tudo será coeso e homogêneo aos padrões da sociedade; é o espaço onde estão presentes inúmeras questões que expressam a desigualdade e vulnerabilidade social, como por exemplo, a indisciplina, o baixo desempenho, o conflito, o isolamento físico. No entanto, este espaço precisa ser

reconhecido como local de interação junto à comunidade para obter consciência do espaço de cada educando, sua realidade social, econômica, política e cultural.

A questão social é compreendida como conjunto de expressões da desigualdade social, que permeiam a atuação da profissão desde seus primórdios. O processo de expansão da desigualdade social se deu após a expansão industrial e urbanização, causando o empobrecimento da classe operária. Até os dias atuais o capitalismo se reflete na questão social, que é o principal objeto de intervenção da profissão e, é no trato dessas questões que o Assistente Social vai intervir, a fim de prevenir, amenizar e erradicar os efeitos destas expressões.

De acordo com CFESS (2013), o serviço social possui um papel de articulador das diversas políticas sociais, visando planejar e executar pesquisas que subsidiem uma análise social dos efeitos das desigualdades, para contribuir nas ações profissionais. Além disso, tem a missão de elaborar e executar ações preventivas e de enfrentamento as situações de vulnerabilidade social, orientar e encaminhar indivíduos de diferentes segmentos sociais, realizar visitas domiciliares e pareceres sociais, como também supervisionar as atividades desempenhadas pelos estagiários de Serviço Social, identificando no relacionamento interpessoal entre alunos, familiares e funcionários da escola e também dos problemas socioeconômicos que afetam os estudantes.

Conforme indica Souza (2004), conhecer o cotidiano social e familiar dos alunos é importante nesse processo. As necessidades dos jovens e dos seus familiares, os interesses que manifestam a cultura presente em suas comunidades e/ou bairros, seus pontos de vista, são fatores que tornam possível um maior entendimento da realidade cotidiana dos alunos.

Objetivando conhecer o perfil dos alunos demandantes, o Serviço Social do Marista Champagnat faz uso do instrumental técnico-operativo denominado Ficha socioeconômica, onde são coletados dados do candidato a aluno e todo seu grupo familiar. Conforme mencionado em parágrafos anteriores, a ficha socioeconômica também é o instrumento de seleção para inserção do aluno na Escola, que é complementado com visitas domiciliares e relatórios de visitas, que são realizados após sua inclusão. Todas as informações coletadas são restritas ao Serviço Social,

de acordo com código de ética da profissão, garantida no artigo 17 no qual é vedado ao profissional revelar sigilo profissional.

No entanto, a análise do contexto sócio histórico é pautada na realidade de cada indivíduo, tendo em vista que estes podem apresentar características semelhantes a outros indivíduos, mas suas adversidades se diferenciam. O Serviço Social tem desempenhado fundamental importância no desenvolvimento das atividades da Escola Marista Champagnat de Natal, uma vez que este é “a porta de entrada e saída do aluno”.

O presente trabalho monográfico se caracteriza como pesquisa documental, qualitativa e dialética, pois buscou articular o modo teórico com empírico, onde o pesquisador se posiciona diante dos estudos realizados. Para tanto, foi utilizado para amostra do perfil 30 (trinta) fichas socioeconômicas, utilizando também o instrumento de controle de informações dos alunos evadidos e/ou transferidos do ano 2013 e 2014, utilizado pela secretaria da Escola. Na análise do perfil dos alunos evadidos, buscamos nos deter nas informações de local de moradia, faixa etária dos educandos evadidos e causas da evasão escolar.

É sabido que um dos instrumentos e competência do Serviço Social é a realização de estudos socioeconômicos para a concessão de benefícios, e na Escola Marista a concessão de bolsas só é realizada após a avaliação do profissional de Serviço Social, do mesmo modo para renovação de bolsas. Assim, se no ato da renovação ao aluno não tiver mais as condições econômicas de aluno bolsista é vetado à concessão da bolsa.

Portanto, irei aprofundar a discussão das atribuições do assistente social e suas contribuições no processo de enfrentamento à evasão Escolar. No âmbito da educação, o Serviço Social deve contribuir possibilitando que a educação se torne uma prática de inclusão social, utilizando formas de emancipar os sujeitos, potencializando o aprendizado político da população usuária. O Assistente Social deve ser um profissional dinâmico, capaz de mediar determinados problemas existente em seu âmbito de atuação. Trabalha também na perspectiva da garantia de direitos, junto a uma equipe multidisciplinar, trabalhando junto com a família, contribuindo no enfrentamento da evasão escolar.

Para discutir evasão escolar e a atuação do Serviço Social na sua identificação e enfrentamento, partimos, no primeiro capítulo, da análise histórica da educação na realidade brasileira. Em seguida, no segundo capítulo, analisamos os parâmetros do Serviço Social na Educação, no terceiro capítulo apresenta o Serviço Social na Escola Marista Champagnat de Natal, por fim analisamos a atuação do Serviço Social no terceiro setor, seguida da análise dos dados e considerações finais. Chegamos à realidade da Escola Marista Champagnat de Natal, apontando dados e características da evasão escolar no nosso lócus de pesquisa, enfatizando a intervenção do Serviço Social.

2 O MARCO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Um processo em construção

Ao observar o formato atual da educação no Brasil, identifica-se a necessidade de compreender e elencar o contexto histórico de sua consolidação, visto que a partir das diversas conjunturas da história do país, desde o seu descobrimento aos dias atuais, podemos compreender a importância e o papel social da educação na sociabilidade vigente.

Os aspectos históricos da educação no Brasil foram marcados por rupturas, divididas em períodos históricos, tendo como principais períodos: o Jesuítico, Pombalino e Joanino, períodos caracterizados por inúmeras reformas de execução do sistema educacional nas terras brasileiras.

Segundo Romanelli (2010), a educação indígena foi rompida com a chegada dos Jesuítas no Brasil, que se dedicavam à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. A obra jesuítica iniciou no estado da Bahia e trouxe consigo a moral, os costumes, a religiosidade europeia e os métodos pedagógicos regulamentados por um documento escritos por Santo Inácio de Loyola. A conversão dos índios foi um desafio, pois a grande maioria não sabia ler nem escrever, dificultando o trabalho de evangelização. Porém, eles não se limitaram ao ensino das primeiras letras. Além do curso elementar mantinham cursos secundários e o nível superior, dedicado à formação de sacerdotes.

Após longos anos sobre o monopólio dos Jesuítas, ocorreu o primeiro marco de ruptura histórica da educação, a qual se deu com a chegada dos portugueses ao território denominado por eles de “Novo Mundo”. No entanto, a expulsão dos Jesuítas ocorreu em função de radicais diferenças de interesses, divergindo da Corte portuguesa. Os portugueses tinham como objetivo organizar as escolas para atender aos interesses do Estado, para assim reerguer Portugal do declínio frente a outras nações, baseando-se no padrão educacional da Europa.

Nasce nesse país o ensino público, mantido pelo Estado e voltado para a cidadania. Na visão educacional, a intenção era formar o perfeito nobre em negociante; simplificar os estudos visando aumentar o número de interesse pelos cursos superiores; promover um aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torna-los os mais práticos possíveis. No Brasil, desapareceu o curso de humanidades, sendo

substituídos pelas aulas régias, ou seja, os próprios professores organizavam os locais de trabalho, e já que colocavam a escola para funcionar, requisitava do governo o pagamento pelo trabalho realizado (RIBEIRO, 2003, p.33).

O período Pombalino foi assim denominado, pois teve como marco as Reformas realizadas por Marquês de Pombal. Esse período houve uma grande crise econômica em Portugal, e havia uma grande migração para as terras brasileiras. Como também, houve o fechamento de Escolas, ocorrendo uma grande reforma na Educação, uma educação voltada para ajudar nos interesses do Estado.

Segundo Souza (2011), o período Joanino sucedeu o Pombalino. Com a chegada da Família Real ao Brasil foram abertas Escolas de Direito e Medicina, como também Academias militares, Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Estas iniciativas tinham por objetivo atender as necessidades da Corte. Segundo historiadores, foi nesse período que o Brasil foi realmente “descoberto”, um dos fatores que contribuíram foi o surgimento da imprensa, pois assim os fatos e as ideias eram divulgados e discutidos, colaborando para debate político que permearam o período seguinte.

Durante o Império, o ensino se estruturou em três níveis: primário, secundário e superior. O primeiro nível tinha como atribuição educar a leitura e escrita, o segundo seguia a organização de aulas régias, compreendidas como estudo da humanidade, que tinha como característica o marco do surgimento do ensino público laico, não mais pertencente à igreja. O superior dedicado à educação profissional, com a criação dos cursos de economia, agricultura, química.

Segundo Ghiraldelli (2009), durante o Império a educação formal passou por diversas mudanças curriculares que oscilava entre a acentuação da formação literária dos alunos, em detrimento da formação científica e o inverso. Tais oscilações se deram graças às disputas de ideário positivista contra o ideal humanista, na qual o primeiro se fortalecia quando o Colégio Pedro II ⁵incorporava mais disciplinas científicas. O ideário humanista, por sua vez, ganhava ênfase à medida que a grade curricular passava a ser mais literária.

⁵ A escola foi símbolo da civilidade, a primeira sede estava situada na atual Avenida Marechal Floriano, no Centro do Rio de Janeiro. Sendo a única instituição da época a realizar exames para ingresso nos cursos superiores, instituição de ensino, onde grandes nomes da vida política e literária tiveram sua formação.

A Primeira República (1889-1930) tem como característica a influência da filosofia positivista, tendo como princípios a liberdade e laicidade do ensino e, acesso livre a escola primária, a qual estava assegurada na Constituição Federal brasileira. Nesse sentido, a reforma tinha a intenção de converter o ensino para formar alunos direcionados aos cursos superiores.

O Período da Segunda República (1930-1945) iniciou com a Revolução de 1930, referenciado com a entrada do Brasil no mundo da produção capitalista, o que exigia uma mão-de-obra qualificada, sendo necessários investimentos no âmbito da educação. Sendo assim, o processo de acumulação de capital, do período anterior, permitiu ao país investir no mercado interno e produção industrial. No mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, o governo sancionou decretos para o ensino secundário e as universidades brasileiras, conhecidos como “Reforma Francisco Campos”. A segunda República teve como marco os grandes avanços no âmbito da educação, desde reconhecimento da educação como direito a criação de Universidades.

Segundo Ghirardelli (2009), com o Estado Novo, instaurou-se uma constituição autoritária. Neste sentido, a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da Educação. Mantém, ainda, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas, primárias e secundárias.

O período após o Estado Novo foi reconhecido por grandes avanços nas áreas sociais, onde o governo adotou medidas de cunho liberal e democrático, com atenção voltada para educação. Dentre os avanços, está a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a regulamentação do Ensino Primário e o Ensino Regular, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como também o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 1964, o regime militar se instaurou no Brasil através de um golpe de Estado contra o Presidente João Goulart, que perdurou por mais de duas décadas. A partir da compreensão dos textos, foi identificado que à educação, foi um período pautado pela repressão, privatização do ensino, exclusão de grande parcela da

sociedade pauperizada do ensino elementar de qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular, divulgação de uma pedagogia calcada mais às técnicas.

Com o fim do Regime Militar, as discussões sobre as questões educacionais, assumiram um caráter político. Em 1988, com o processo de (re)democratização do país, foi promulgada uma nova Constituição Federal (CF), onde assegura em seu artigo 6º o direito à educação, estando sob a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado garantir o acesso da criança e adolescente à educação como direito prioritário.

Com a consolidação da, denominada por muitos autores como “Constituição Cidadã”, resultante de um amplo processo de debates e embates entre a sociedade e o poder público, a sociedade brasileira alcançou um conjunto de direitos através da forte mobilização popular. Por meio de lutas sociais. Os cidadãos brasileiros obtiveram acesso a diversas políticas, inclusive no âmbito da educação, garantindo o acesso como direito pleno para o desenvolvimento do indivíduo, para formação profissional e exercício da cidadania, tendo como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público e o seu padrão de qualidade.

Conforme foi sinalizado, a educação passou por um longo processo de rupturas, dificuldades e avanços. Porém, a realidade atual ainda é precária – desde a qualidade do ensino às condições físicas. A grande maioria das escolas está sucateada, professores são mal remunerados e há déficit de funcionários. Esta realidade colabora para o desestímulo dos profissionais da educação e dos alunos, aumentando os índices de não alfabetizados no país, de retenção e/ou evasão escolar.

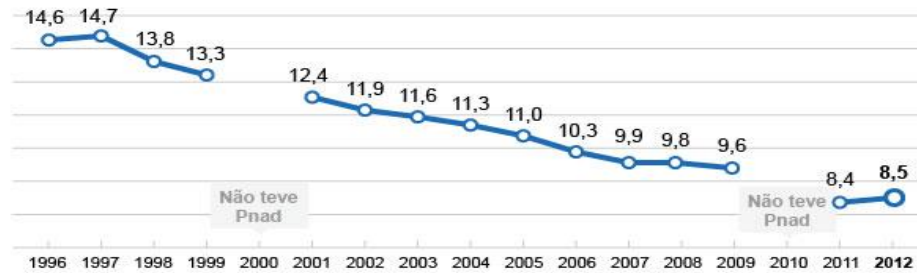
GRÁFICO 01: TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL

Analfabetismo no Brasil

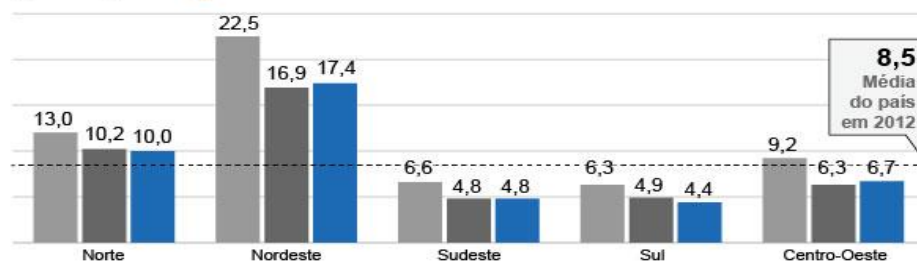
% de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas

Taxa de analfabetismo

Houve estagnação na queda do número de analfabetos no Brasil. Há 300 mil novos analfabetos em relação à pesquisa de 2011

**Analfabetismo por região**

■ 2004 ■ 2011 ■ 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011-2012

Fonte: IBGE 2011-2012

Os gráficos acima ilustram o índice de analfabetismo no Brasil, onde faz uma análise do mandato dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio da Silva. No primeiro gráfico, que representa o segundo mandato FHC, observa-se claramente que há uma redução sutil no índice de não alfabetizados, porém, o índice ainda continua muito alto. Mas, vale lembrar que esse período foi marcado pelo sucateamento no âmbito da educação, professores não eram bem remunerados, o acesso ao ensino fundamental e médio foi restrito para uma determinada faixa etária, e também houve grande número de privatizações, contribuindo para o aumento das expressões da questão social.

O segundo gráfico representa o período governado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cuja análise é realizada por zonas do país, o nordeste tem o índice que mais chama atenção onde nota-se que há uma significativa redução no

ano 2011, mas logo no ano seguinte esse mesmo índice cresce. Quando fazemos uma análise usando os dois gráficos, destacando o governo Lula, observa-se que há um declínio significativo, sabendo que nesse mandato ocorreu grandes investimentos no âmbito da educação, e principalmente no que diz respeito a investimentos a programas e projetos sociais também direcionados a investimentos educacionais.

A sociedade cansou de acomodar-se com esta realidade e hoje vivemos uma conjuntura de constantes protestos, cujos objetivos se colocam na direção de erradicar os desvios de dinheiro público e garantir os direitos do cidadão. Estamos numa sociedade democrática, onde a escola de ensino público de qualidade tornou-se um sonho, fundamentada num espaço para construir formadores de opinião pautados em princípios de cidadania, como também num espaço que venha debater a exclusão social, incluindo a família em suas ações, formando cidadão críticos.

Na ordem capitalista, o conceito de democracia e cidadania segue por descaminhos e possuem profundas contradições. A conquista de um país democrático é fruto de lutas sociais e supõe uma desconcentração de poder e participação política ativa dos cidadãos nas decisões e rumos do país, mas essa democracia, muitas vezes, tende a ser restrita ao exercício do voto obrigatório para eleger os representantes do país, estado e município, caracterizando-se, assim, como uma democracia direta e representativa.

Este debate acerca da democracia e da não participação dos cidadãos nas decisões políticas do Estado coaduna com as reflexões de Martins (2002), visto que para o autor a exclusão social se caracteriza quando o sujeito é privado de construir seu próprio destino. A luta é para uma sociedade acessível a todos e não uma minoria.

E quanto à democracia indireta, é realizada através das decisões tomadas por representantes escolhidos democraticamente pela maioria, pensando por essa linha fazemos uma breve reflexão sobre o conceito de igualdade, a qual ainda é considerada uma utopia a ser vencida, onde todos terão acesso aos mesmos direitos, não existindo preconceito por etnias, religião, opção sexual, etc. Pois, sabe-se que vivemos numa sociedade desigual, cujo os direitos não alcançam a população de forma plena, e não existe uma participação ativa na política, e os

direitos básicos para uma vida digna fica apenas na teoria, contribuindo assim para uma sociedade cada vez mais pauperizada.

No entanto, alguns governantes passaram a se preocupar com essa realidade que não é atual. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso⁶, foram executados sistemas de avaliação do ensino público, desde ensino básico ao ensino superior, tendo por objetivo analisar a eficácia das políticas e evolução do ensino, como também o desempenho dos alunos.

Porém, este mesmo governo foi marcado por privatizações, que contribuiu para o aumento da dívida externa, como também dos altos índices de desemprego. No âmbito da educação, houve um grande sucateamento, com planos e metas que não foram concluídas, e havia restrição do Ensino Fundamental por faixa etária, negando o direito à população que não teve acesso a este nível de educação formal ou não concluiu na idade considerada “própria”.

As negações também atingiram, do mesmo modo, o acesso dos jovens ao Ensino Médio. Este governo trouxe grandes frustrações para sociedade brasileira, que deu seu voto de confiança para um representante político com formação sociológica e profissional de pedagogia. Os brasileiros depositaram toda sua credibilidade, mas o mesmo não as correspondeu, trazendo como resposta o aumento da miséria no país e conseqüentemente a desigualdade social.

Neste período, década de 1990, foram implantados três grandes sistemas de avaliação da educação: o Sistema de Avaliação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), e o Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”. Em 1996, ainda sob o mandato de Fernando Henrique Cardoso, tivemos a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9394/96, fruto de muitas discussões no Congresso Nacional.

A aprovação da LDB vem contribuir para a descentralização normativa, executiva e financeira, sob a responsabilidade compartilhada entre os três poderes – federal, estadual e municipal – tendo como objetivo a universalização dos direitos. Segundo Durham (2010), a educação infantil ficou a cargo dos municípios, o ensino médio de responsabilidade dos estados, enquanto que a União seguiu sendo o

⁶ Primeiro mandato Fernando Henrique (1994-1998), segundo mandato (1998-2002).

encarregado principal para desenvolver o ensino superior público, assim como pelo controle do ensino superior privado.

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva⁷ sucedeu o governo Fernando Henrique Cardoso e ao ser eleito gerou uma grande expectativa na população. Lula, por sua vez, deu continuidade aos investimentos na educação. No entanto, a meta do governo era expandir o acesso ao ensino superior, com grande incentivo ao setor privado. Surgiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual tinha por objetivo conceder bolsas de estudos parciais e integrais para cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, como também o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que permitia ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pelo programa. Ambos os programas buscam cumprir a meta de inclusão de 40% dos jovens no ensino superior até 2021. Vale salientar que as instituições que aderem aos programas recebem isenção de tributos.

No que se refere ao nível básico e médio, o governo investiu no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o qual oferece acesso à educação regular aos alunos que concluíram a quarta série do ensino fundamental, mas que não concluíram as demais séries, como também não possuem vínculos formais de trabalho. Assim, o jovem participante recebe uma bolsa auxílio no valor de R\$100,00 (cem reais).

Em 2003, ainda no governo Lula, surgiu o Programa Bolsa Família (PBF), com objetivo de impulsionar a educação e apoiar as famílias em situação de pobreza, bem como ampliar o acesso à saúde e à educação. Para as famílias permanecerem beneficiadas pelo programa é necessária a matrícula e permanência de criança e adolescente na escola. Nesse sentido, por meio da transferência de renda o programa visa a “inclusão social” e garantia de acessos aos serviços básicos e essenciais.

⁷ Primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), segundo mandato (2007-2010).

As políticas educacionais realizadas prioritariamente até hoje em todos ou em quase todos os municípios têm tido como principal objetivo colocar e manter o aluno na escola [...] A melhoria da qualidade do ensino no sentido da aprendizagem dos alunos tem sido relegada a um segundo plano (KLEIN, 2003, p.115).

Por outro lado, temos um programa que exige das famílias os cuidados com a saúde e educação, mas que não oferece políticas públicas efetivas, deixando o sentido da aprendizagem em último plano. Portanto, as exigências do governo para garantir o benefício não condizem com a realidade oferecida pelo Estado, o qual deveria ofertar serviços de qualidade na busca de garantir o acesso aos direitos mínimos que lhe são necessários.

Tendo em vista a realidade apresentada, é importante ressaltar que durante o governo Lula obtivemos avanços positivos no âmbito da educação, com a expansão do acesso ao ensino superior e também das universidades públicas através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em suma, o programa propunha oferecer condições para expansão física, acadêmica e pedagógica das Universidades Federais, mas observa-se que as condições de permanência dos estudantes e as condições de trabalho de professores não acompanharam o aumento no número de vagas.

No tocante ao ensino público no Brasil, identifica-se um país que necessita aprimorar suas políticas públicas para obter uma educação de qualidade, pois diante da complexa realidade social, observa-se o alto índice de pobreza e miséria no país, atingindo grande parte da população. Assim, diante dos fatos históricos da educação no país, o alcance de um ensino brasileiro de qualidade tornou-se um grande desafio.

Em 2014 é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê uma melhoria no ensino público brasileiro. De acordo com a Lei 13.005/2014 (que aprova o PNE e dá outras providências), a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência; democratização da gestão do ensino público e a participação das comunidades

escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes são algumas das estratégias para as melhorias previstas na referida Lei.

Ainda de acordo com a Lei que regulamenta o PNE, o plano tem como meta a universalização da educação básica pública, por meio da ampliação do acesso e permanência na instituição educacional; garantia de padrão de qualidade em todas as instituições de ensino; gratuidade do ensino para o estudante em qualquer nível, etapa ou modalidade da educação nos estabelecimentos públicos oficiais; respeito e atendimento às diversas etnias, religiões e cultura.

Pesquisas do IBGE apontam que, comparado aos países do MERCOSUL, o Brasil é o país que apresenta o maior índice de evasão escolar. Ainda de acordo com o IBGE, a cada 10 alunos, na faixa etária entre 15 e 17 anos, 01 abandona a escola. Esses dados só vêm reconfirmar os índices da má qualidade do ensino público oferecido, os quais trazem como consequência o alto índice de analfabetismo e a ausência de formação escolar que acarretam, diretamente, no índice de desemprego.

Portanto, é de diversas formas que são expressas a questão social na sociedade, percebe que as chances de sucesso escolar estão ligadas às condições socioeconômicas, políticas e culturais; onde nota-se a necessidade de políticas públicas mais efetivas, pois cada vez mais se reduz o financiamento de políticas sociais, priorizando o pagamento da dívida pública. Então, tais atitudes só vêm a confirmar a importância da participação popular no monitoramento de como os impostos pagos estão sendo investidos, cobrando direitos, exercendo assim a democracia de forma plena.

2.1 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: como se relacionam?

A trajetória histórica do Serviço Social é marcada por mudanças, recusas e inovações. O seu surgimento se deu na década de 1930, ligado à Igreja Católica, com caráter caritativo e assistencial. No entanto, com o decurso histórico, a profissão tem passado por processos de revisão e mudanças teóricas, práticas, éticas e políticas. A década de 1980 se caracteriza como um momento revolucionário para a profissão, dada a composição do seu Projeto Ético-Político,

pautando grandes debates acerca da postura profissional e do direcionamento político de suas ações.

Dessa maneira, a categoria amplia o debate dos autores acerca do avanço intelectual alcançado pelo profissional de Serviço Social, firmando a oportunidade em conhecer mais intimamente a relação diálogo crítico e construtivo com diversas áreas das ciências humanas, com a finalidade da profissão se voltar para o desenvolvimento do conhecimento sistematizado.

A década seguinte, 1990, marca um momento de amadurecimento da profissão, haja vista a instituição da Lei de Regulamentação da profissão – Lei 8.662/93 – e a revisão do Código de Ética profissional. Com o fim da ditadura, a década de 1990 foi marcada pelo processo de conquistas no âmbito da profissão de Serviço Social, onde foram alcançados avanços em três dimensões: na dimensão ético-política, a superação da neutralidade profissional, onde os profissionais lutavam junto com a classe operária.

Esse período teve com características as densas lutas pela garantia dos direitos sociais, e superação das dificuldades enfrentadas na década 1980, com a promulgação de documentos normativos da profissão, garantindo a regulamentação dos direitos e deveres do profissional de Serviço Social.

Do mesmo modo, nesse mesmo período foi adotado pelo governo brasileiro o ideário neoliberal, atingindo e fragilizado a luta da classe trabalhadora, fundamentado pelo privado. No âmbito da educação pública se apresenta sucateada, e a lógica privatista sobressai. Nessa lógica o Serviço Social surge rompendo com o “assistencialismo”, no comprometimento com a classe trabalhadora na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Iamamoto (1996), a inserção do Serviço Social nas escolas tem se tornado debate atual, dada à importância desse profissional no âmbito da educação e a ampliação desse campo. Alguns registros históricos apontam que desde 1930 há presença de profissionais de Serviço Social na área da educação, desempenhando atividades dos denominados inquéritos sociais, onde eram analisadas as condições em que os alunos estavam inseridos: familiar, social e escolar.

Para além destes inquéritos, o Serviço Social também, tinha como atribuição desempenhar o processo seletivo dos alunos de acordo com as qualidades e

aptidões dos candidatos. Assim, o profissional de serviço social orientava os alunos e a famílias com objetivo de manter a ordem social, ajustando os sujeitos aos valores morais da época.

Vale salientar que no tocante à atuação do Serviço Social na educação o profissional, fundamentado pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, em seu 5º artigo, o qual afirma que o profissional deve ter como princípio “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993, p. 05) estabelece um compromisso pela garantia de direitos universais, dentre os quais a educação.

Ademais, pautada no Código de Ética Profissional e na Lei 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da profissão), a atuação profissional deve visar

[...] a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, para a profissionalização da atividade pública não somente no atendimento às necessidades básicas da população, com e, sobretudo junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social, pela reconstituição das relações familiares, habilitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento da pobreza (SIMÕES, p.190, 2011).

No que se refere à educação, vale lembrar que esta é um direito constitucionalmente garantido, como também assegurado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no capítulo IV, no qual prevê em seu art.53 que “a criança e adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990). Como também, a educação é reconhecida com Política Social, reafirmando a importância da atuação do Assistente Social nesse campo de trabalho.

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento destes problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é responsabilidade e dever

do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e permanência do aluno na Escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema de infraestrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito (CFESS, 2001.p.11).

As realizações de diagnósticos sociais têm como finalidade propor formas de enfrentamento dos problemas vividos pelos alunos e familiares, ou seja, “identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc” (CFESS, 2001, p.12).

O jovem na sociedade é reconhecido como sujeito transformador, diante disso a importância do papel dos pais e responsáveis na educação dos filhos, estimulando o sentimento de responsabilidade, o que permite a ele o autoconhecimento e a capacidade de expressar opiniões e expor sua subjetividade. Entretanto, a parceria entre família e escola, desempenha um papel decisivo no processo de formação dos sujeitos, como aprendizes e plenos, capazes de exercer seus direitos corresponder com deveres na sociedade.

A educação se coloca hoje com caráter contraditório, visto que ao mesmo tempo em que contribui para a construção da emancipação do indivíduo, serve de instrumento para a reprodução social, pois na lógica capitalista, o indivíduo busca melhor se capacitar para conquistar uma boa formação profissional, enquanto alguns podem dedicar-se somente a isso, outros precisam abdicar dessa formação para assumir responsabilidades cada vez mais precoces – a exemplo dos jovens que ingressam cada mais cedo no mercado de trabalho.

O Brasil tem pela educação uma dívida que deve ser notada o mais rápido possível, porque não adianta de nada um país ser economicamente forte e não ter uma boa educação. É preciso que olhemos para a educação como um processo contínuo e eficaz. Tendo um ambiente favorável para todos aqueles que necessitem dessa educação, pois tal como explicitador pelo autor, “[...] Diga-me onde está o Trabalho em um tipo de Sociedade e eu te direi onde está a Educação” (MÉSZÁROS, 2005, p.170).

Desta forma, pontuamos que a educação brasileira tem solução; temos que acreditar e realizar isso, desde que seja realizado um trabalho de comprometimento

de todos os envolvidos. Apenas quando a educação for prioritária no Brasil, os brasileiros terão condições de realizar seus desenvolvimentos econômico, social e político. E que a prioridade não seja construir grandes obras, mas sim construir a grande sabedoria na mente dos alunos.

3 OS PARÂMETROS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma análise da prática do assistente social

A atuação do Assistente Social no âmbito da educação é uma área pouco reconhecida, embora não seja um campo de atuação recém-ocupado, muitos desconhecem, considerando que não tem um amplo espaço no mercado de trabalho, cuja inserção de profissionais se visualiza em instituições filantrópicas e federais. No entanto, é importantíssima a participação dos assistentes sociais nas escolas no processo de orientação e busca da garantia de direitos no enfrentamento das expressões da questão social.

Os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais do Serviço Social não pode ser confundido com o papel dos educadores, mas ser visto como profissional que contribui para o exercício da interdisciplinaridade, unindo, dessa maneira, diferentes atribuições e compartilhando conhecimentos que estabeleçam métodos de enfrentamento a situações que se refletem na realidade escolar.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional os quais citamos: O baixo rendimento escolar, comportamentos agressivos, e outros. Devido a isso é necessário a intervenção multiprofissional (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos dentre outros), junto com a participação da família, contribuindo para o enfrentamento das diversas demandas que surgem diariamente.

O assistente social não se limita a necessidade focal, mas na dimensão de cada necessidade. Na educação sua atuação está articulada também a utilização de outras políticas, na busca de garantia de direitos de forma amplificada, envolver a família na educação é abrir o espaço escolar para realizar trabalhos preventivos contra as drogas, alcoolismo e diversas outras temáticas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a autonomia não é dada, na verdade é construída em densas tensões no cotidiano profissional ancorada na necessidade de independência técnica para fazer escolhas que estejam em sintonia com os princípios e normas do Código de Ética Profissional na perspectiva de empreender um trabalho de qualidade, que possibilite garantir e ampliar direitos à população usuária (BARROCO; TERRA, 2012).

O Assistente social, a partir de uma visão crítica da realidade, tem como função trabalhar todas as questões de uma maneira ampla, por meio da utilização do seu aparato teórico/metodológico, ético/político e técnico/operativo, para analisar e dar respostas às problemáticas que estão surgindo e se colocando enquanto demanda do fazer profissional neste espaço, tendo em vista que buscará mecanismos para identificar as causas dos problemas.

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição de subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação, visto a importância deste profissional nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações.

Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2011, p.12).

O fazer profissional do assistente social na educação é realizado com orientação dos princípios norteadores, como direitos e deveres inscritos no código de ética profissional, na lei de regulamentação da profissão (lei 8.662/1993) e também nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁸. Esses princípios e deveres devem ser respeitados tanto pelos profissionais na área como pelos empregadores. Essas competências demonstram a capacidade do profissional executar suas atribuições na educação, uma vez que:

O reconhecimento do Assistente Social, que a questão social é seu objeto de intervenção é de grande importância, porque a questão social está expressa em nosso dia a dia, e os profissionais têm que estar dispostos a construir uma nova sociedade, com menos desigualdade e mais igualdade para a população desde seus primórdios na educação. Uma maneira de se

⁸ Cf. <http://abepss.org.br/ensino/gtp/documento-gtp/>.

chegar a esses direitos para todos é através das políticas sociais (RIBEIRO et al, 2010).

Os Assistentes Sociais não podem ser reconhecidos apenas como executores das políticas públicas, ou como profissionais de referência na luta pela garantia de direitos e enfrentamento de problemas como evasão escolar. Embora essas ações sejam objeto da atuação profissional, existem outras competências desenvolvidas pelo Assistente Social na educação através da lei de regulamentação que já foi citada anteriormente.

No entanto, a lei de regulamentação, o código de ética são elementos legais para a defesa do fazer profissional do Assistente Social na educação, ou em outra área que o mesmo esteja regularizado e possa exercer sua profissão, sem deixar de frisar a importância de outros profissionais articulado com o Serviço Social para que o trabalho venha a ser feito da melhor forma possível, para profissionais e usuários que necessite do trabalho dos mesmos (RIBEIRO et al, 2010).

Para garantir a qualidade do exercício profissional, é de suma importância estar regulamentado, graduado em Serviço Social, em curso reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação) e inscrito no conselho regional de serviço social da região no qual o profissional está desenvolvendo suas atividades e fixando residência RIBEIRO (et al,2010). É vedado ao Assistente Social praticar e ser conivente em condutas antiéticas e acatar determinações institucionais que agridam os princípios e diretrizes do código de ética do assistente social.

A inserção dos Assistentes Sociais na educação responde às necessidades das instituições escolares em ampliar as condições de acesso da população de diferentes graus de aprendizagem, a partir da mediação de programas governamentais (RIBEIRO, 2010). Por um lado, há o interesse da classe trabalhadora no aprendizado; por outro, o interesse do capital em qualificar os seus trabalhadores para serem mais explorados. A atuação profissional voltada para a garantia da educação escolarizada para todos tem sido a marca principal da inserção de Assistentes Sociais na política de educação.

Um dos papéis do Assistente Social na educação é garantir a qualidade da educação, isto se insere no conjunto das lutas sociais para uma educação pública e de qualidade para todos como um direito social. A atuação do Assistente Social não se restringe apenas ao aluno, mas também a famílias,

professores e aos demais trabalhadores da educação entre outros. As ações feitas pelos profissionais não é só de caráter individual, mas sim coletivo, de investigação, organização, articulação, formação e também capacitação profissional (RIBEIRO et al, 2010, p. 38).

No entanto, o processo de luta por uma educação de qualidade para todos é constante, pois ainda é uma realidade distante de ser alcançada, apesar de ser garantido por lei, não é efetivado. Atualmente, a educação pública oferece um ensino de péssima qualidade e não ofertando vagas para todos. Deparamo-nos com uma realidade de uma sociedade que, muitas vezes, tem que comprometer sua renda para oferecer um ensino de qualidade aos seus filhos, através do ensino privado, ou até mesmo se deslocar-se para outros municípios para assim poder ter acesso à educação. Dentre os motivos deste deslocamento, está à falta de vagas nas escolas do município de origem que, na maioria das vezes, não possui vagas suficientes para atender a demanda ou não oferece educação de qualidade.

As principais estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada estão apoiadas no pressuposto de que tal ação não cabe exclusivamente ao Estado, sendo divididas com determinados setores da sociedade civil e com o próprio empresariado, como parte de um amplo esforço de legitimação do consenso em torno da sociabilidade burguesa. O que tem se expressado em um redirecionamento do fundo público de tal magnitude que a recomposição e ampliação das taxas de lucro da burguesia educacional sejam travestidas em “processos de democratização do acesso à educação (RIBEIRO et al, 2010, p.39).

Ainda conforme afirma este autor, o dever do Estado passou a ser transferido para a sociedade civil. É nesse contexto que o Serviço Social ganha espaço na educação, para operar exclusivamente com as políticas públicas, programas e projetos voltados para educação na esfera pública, ou mesmo na concessão de bolsas de estudo, na esfera privada e filantrópica. Há uma diversidade enorme no fazer profissional do Assistente Social nessa área, muitas vezes provocando equívocos, de rotular as atividades prestadas pelo Serviço Social como “assistencialista”.

Portanto, são exigidos do profissional de Serviço Social competência teórica e política, onde a teoria não se dissocia da prática, visto que dessa maneira o profissional é capaz de desvelar as contradições que determinam a política de educação. O amparo teórico é o respaldo fundamental articulado a prática, através

de técnicas e diretrizes que regulamentam o direcionamento do profissional de Serviço Social. No entanto, esta articulação é fruto histórico da profissão, onde o profissional busca um inesgotável conhecimento para seguir as dimensões do trabalho profissional.

As ações desenvolvidas e voltadas para permanência dos estudantes de diferentes níveis de política educacional é uma das principais pautas de luta dos movimentos sociais e também dos movimentos estudantis dos dias atuais. Então não é uma luta apenas dos assistentes sociais, mas sim de toda uma sociedade civil, onde o Governo e Estado precisam dar apoio a essa sociedade que clama por seus direitos.

A atuação profissional de assistentes sociais nas escolas e na própria política de educação não pode estar dissociada dos processos de luta pela democracia numa sociedade injusta, desigual, na qual a riqueza socialmente produzida é apropriada por uma minoria abastada. Atuar profissionalmente nesta sociabilidade desigual se coloca como um enorme desafio, pois requer do profissional uma análise crítica da realidade, o conhecimento acerca dos fundamentos de sua profissão, bem como as dimensões de sua prática profissional e o compromisso ético e político com os usuários e beneficiários de sua atuação. Os procedimentos para chegar ao objetivo principal, que é a educação de qualidade para todos independentes de raça, cor, religião, não são exclusivos ao Serviço Social, mas sim na construção coletiva de vários profissionais da área de educação.

Segundo Guerra (1995), a atuação profissional do assistente social deve ter relação com aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental, para assim se ter uma ação profissional de qualidade no âmbito da política da educação, esse conjunto de competências do assistente social se expressa em ações que são articuladas às diversas dimensões do fazer profissional. Uma das intervenções feita pelos profissionais de Serviço Social são as abordagens individuais e junto às famílias dos estudantes ou trabalhadores do setor.

Esse tipo de abordagem é de suma importância, bastante necessária e estratégica ao profissional, pois é dela que sai a capacidade de enfrentamento das situações de violação de direitos, ameaça e não acesso aos direitos sociais, porém não se deve constituir como única forma de intervenção profissional.

Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora (RIBEIRO et al, 2010, p.51).

A articulação do profissional de Serviço Social com os movimentos sociais possibilita uma ampliação dos horizontes no fazer profissional em defesa dos direitos, inserindo, dessa maneira, novos conteúdos ao dia a dia dos estabelecimentos, pessoas em busca de orientação social, produzindo o fazer profissional na dinâmica das lutas sociais.

A dimensão investigativa também compõe e particulariza o fazer profissional do assistente social. Esta dimensão deve estar vinculada às outras dimensões e é de suma importância para que o profissional possa subsidiar suas ações, tomando com base a realidade e os seus fenômenos, visto que esta dimensão ajuda na compreensão das condições de vida de cada indivíduo. Através dessa investigação é feito estudos socioeconômicos e é através desses estudos que a população menos favorecida ganha o direito a benefícios sociais como os benefícios e serviços sócio-assistenciais, benefícios de transferência de renda, entre outros.

O Serviço Social é uma profissão que dispõe de uma dimensão prática-interventiva, e no âmbito da educação ainda vem conquistando seu espaço atuando apenas em instituições federais e filantrópicas. A pesquisa monográfica realizada a partir das inquietações despertadas no processo de estágio em Serviço Social, realizada numa instituição filantrópica, reflete a necessidade de adentrar na discussão do espaço profissional no terceiro setor, com a discussão que segue.

3.1 O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: as contradições que permeiam os espaços sócio ocupacionais.

O Serviço Social possui um caráter multifacetado, onde ao mesmo tempo em que trabalha com o ser social, intervém também junto à equipe interdisciplinar e multiprofissional, sempre estando articulada a lógica de direitos, sendo o mediador entre os direitos do cidadão e as regras estatais. O fato de o lócus de pesquisa ser

uma instituição filantrópica faz necessária a problematização do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional, com relação ao Estado e Sociedade Civil.

[...] é preciso compreender o Serviço Social como um tipo de trabalho, inscrito na divisão sócio técnica do trabalho coletivo na sociedade capitalista. Este pressuposto rompe definitivamente com a visão que o Serviço Social é especialização da filantropia. O exercício profissional está condicionado pelo movimento da relação entre sociedade civil e o Estado. Este pressuposto implica em compreender o assistente social como trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho. O produto de trabalho do assistente social tem um valor social, que corresponde às expectativas da sociedade capitalista. Nesse sentido é necessário que o assistente social esteja ciente da direção ético-política que pretende dar ao seu trabalho (BARISON, p.51,2008).

Segundo Oliveira (1996, p.145), pode-se afirmar que a década de 1930 no Brasil, é ponto de referência importante e inevitável para que se possa compreender o surgimento do Serviço Social no país. Isto porque se até 1930 a questão social foi considerada como caso de polícia, sendo tratada no âmbito dos aparelhos repressivos do Estado. Após esta data passou a ser considerada como legítima, transformando-se numa questão política e passou a exigir soluções mais complexas.

Entretanto, logo o Serviço Social passa a romper com o conservadorismo e a prática assistencialista, onde consistia numa mera concessão de auxílios e benefícios sociais. Os problemas sociais, como a miséria, a doença, o abandono eram vistos como respostas a ignorância dos indivíduos. O Serviço Social não tinha ainda um instrumento que regulamentasse a profissão, mas já tinham um conjunto de concepções que os orientavam, tendo como base os valores morais, religiosos e filosóficos, intervindo no enfrentamento das expressões da questão social.

Atualmente a Assistência Social é reconhecida como política pública, faz parte da "Seguridade Social", está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988 e é regulamentada através da Lei 8742/1993, também conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assegurando direitos a todo cidadão brasileiro que se encontra em situação de vulnerabilidade social e que necessitar desta política.

No entanto, o assistencialismo vai na contramão da Assistência Social, pois é reconhecido por sua prática paternalista e clientelista, fazendo com que o indivíduo mantenha uma relação de dependência de "serviços assistencialistas", por muitas

vezes retribuídos com votos eleitorais, onde o direito se torna favor e gera um estado de dominação social.

Enquanto o assistencialismo é voltado para concessão de benefícios, a Assistência Social é política pública regulamentada na garantia de direitos, promovendo ao indivíduo autonomia a partir da promoção social desde educação ao trabalho, o afastando da situação que o mantêm no estado de pobreza material e espiritual.

Entretanto, atualmente observa-se a expansão do terceiro setor e instituições filantrópicas como resposta alternativa às expressões da questão social, mas vale lembrar que estes benefícios não podem ultrapassar a lógica do direito, sendo reconhecido como redistribuição de riqueza que lhe é negada e não como uma ação social emergente, voltada para prevenção contínua, não assumindo a responsabilidade do Estado, mas atribuído como serviço complementar.

Os serviços prestados pelo terceiro setor e instituições filantrópicas devem ser vistos por um novo ângulo, onde buscam atender o interesse público, prestando serviços de qualidade, atendendo gratuitamente os segmentos empobrecidos da população com creches, escolas, asilos, aldeias, etc. É sabido que o Estado não corresponde nem atende com eficiência os serviços essenciais básicos, e como método alternativo financiam os serviços do terceiro setor, concedendo a isenção de impostos das instituições privadas que promove à prestação de serviços à comunidade gratuitamente.

A assistência social surge no Brasil associada à profissão de Serviço Social, que surgiu com as práticas assistencialistas realizados pela igreja católica, que tange o direcionamento de lutas populares e subordinação da força do trabalho que lentamente vai sendo absorvido pela máquina estatal.

A atuação em instituições do terceiro setor se configura para o Serviço Social como um dos impactos trazidos pelo processo de “contrarreforma” do Estado brasileiro, a partir da transferência dos serviços sociais para a esfera do terceiro setor. As novas formas de demandas e novos espaços ocupacionais para o (a) assistente social no caso das competências e atribuições é importante salientar que elas chegam, por vezes, a extrapolar o que está previsto na lei de regulamentação da profissão (8.662/93) no tocante das competências e atribuições profissionais, principalmente a partir da difusão dos princípios da ajuda e solidariedade o que pode ‘levar à (des) profissionalização do atendimento social’ (ALENCAR, 2009, p.458).

Dessa maneira, a profissão busca construir sua identidade rompendo com todo conservadorismo, pautado no aprofundamento teórico com objetivo da emancipação do cidadão, e nessa luta incessante, houve a conquista da assistência social como política pública de Proteção Social reconhecida na Constituição de 1988, reconhecimento do direito e todos os âmbitos básicos: vida, saúde, educação, seguridade, lazer, habitação e trabalho. No entanto, a LOAS, no seu artigo 3º, define a "entidade social" como um elo imprescindível para a relação da sociedade civil com o Estado e na consecução da assistência social.

Por outro lado, para cobrir os vácuos que, na previdência e serviços sociais e assistenciais, deixa este novo Estado minimizado, as respostas à "questão social" são privatizadas e transferidas à sociedade civil (empresarial- se lucrativas-, ou não-se deficitárias), que vende ou fornece gratuitamente os serviços sociais (MONTAÑO, 1999, p.65).

Portanto, com estudo realizado, e a partir das análises do autor citado, é possível afirmar que o terceiro setor surge a partir da perda de direitos. Com a vigência do neoliberalismo, o processo de ausência do Estado no atendimento das necessidades sociais e a perda de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora são denominados de "reforma do Estado", reformas estas que preconizam a redução de gastos por parte do Estado na área social, favorecendo o crescimento do terceiro setor, o qual não deixa de ter a participação do Estado, na medida em que este isenta instituições privadas que prestam serviços à comunidade do pagamento de impostos, caracterizando tal prestação de serviço como filantropia.

O neoliberalismo surge numa lógica de garantir o crescimento econômico, primando pela ausência ou minimização da intervenção do Estado na economia, valorizando a privatização dos serviços essenciais básicos do cidadão. No entanto, o terceiro setor surge em resposta à reforma neoliberal, pois na medida em que inicia o processo desenfreado de privatizações, uma parte da população deixa de ser acobertada pelo Estado, fazendo com que surjam instituições que assumem o dever deste e ainda recebem isenções fiscais.

Segundo Montaño (1999), o terceiro setor surge como uma espécie de mercantilização das políticas sociais, como estratégia neoliberal. O que era responsabilidade do Estado, passa a ser responsabilidade do próprio sujeito afetado

pela questão social. Essas organizações tem a função de desestruturar a Seguridade Social estatal, como também transformar a luta contra a reforma do Estado, numa luta individual e “solidária”.

Portanto, é sabido que na lógica do capital o terceiro setor surge na tentativa de corresponder às necessidades sociais, através do financiamento do Estado, com a prestação de serviços em diversos âmbitos, com a lógica de isenção de imposto e prestação de serviços. Mas, essas instituições não tira o dever do Estado no âmbito da responsabilidade social, por isso cabe aos cidadãos não se satisfazer e se deixar manipular pela lógica neoliberal, não cessando a luta pela garantia de direitos em todos os âmbitos saúde, educação, habitação.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA MARISTA CHAMPAGNAT DE NATAL

O Serviço Social no âmbito da educação tem demandas e atribuições diversas, dentre as quais: identificar a demanda social atendida, voltado para a garantia de direitos, possibilitando aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades, realizando planos e pesquisas no âmbito social. Assim, o assistente social não se restringe a política educacional, atuando numa equipe multiprofissional e interdisciplinar, dialogando com todas as dimensões sociais, no trato dos da garantia de direitos.

É importante que em sua prática os assistentes sociais busquem garantir não somente o acesso, mas a permanência da criança e/ou jovem na escola. A inserção desse profissional na Educação se faz necessária, buscando uma visão mais integral da educação na intervenção e resposta às tensões sociais, junto à equipe profissional, famílias e os educandos.

Vale salientar, no tocante a atuação do Serviço Social na educação, o profissional fundamentado pelo Código de Ética Profissional, em seu art. 5º que o profissional deve ter como princípio “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

A inserção do Serviço Social na Escola Marista Champagnat de Natal, deu-se por meio da formação da equipe multiprofissional e da prática interdisciplinar, onde foram atribuídas funções como acolhimento, diálogo, encaminhamentos, triagens e identificação do aluno, tendo como base a lei 12.101/09, a qual estabelece a prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, nas instituições filantrópicas.

No entanto, a Escola Marista Champagnat de Natal em seu quadro de funcionários conta com uma profissional de Serviço Social, a qual atende a demanda dos alunos, desde o processo de seleção das bolsas, através do estudo socioeconômico, até o acompanhamento do desempenho e problemáticas que os afligem. Para tanto, a profissional tem como função e exercício técnico profissional na instituição, as atribuições a seguir:

- ✓ Realização de avaliação socioeconômica e familiar, para caracterização da demanda escolar;
- ✓ Execução de programas de acompanhamento sócio familiar, com objetivo de minimizar os problemas que diretamente afligem o aluno no processo de formação.
- ✓ Participação das reuniões técnico-pedagógicas; em equipe multidisciplinar;
- ✓ Elaboração de programas que visem prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas, oferecendo oficinas preventivas e educativas;
- ✓ Articulação com instituições assistenciais, públicas e privadas, para fazer encaminhamentos da demanda atendida, quando necessário.
- ✓ Realização de visitas domiciliares, na tentativa de compreender as condições sociais em que o aluno está inserido, como também a relação familiar, para assim poder realizar as intervenções necessárias.

A instituição possui excelentes condições físicas e administrativas, dispondo de telefone, computador com acesso à internet, impressora, sala climatizada, sala individualizada, todo material necessário para realização das atividades e transporte exclusivo para visitas domiciliares. Assim, mesmo sendo uma instituição filantrópica apresenta todas as condições necessárias para desenvolver as atividades específicas do Serviço Social.

Vale salientar, que a profissional inserida na instituição participa de todas as atividades desenvolvidas pela Escola, demonstrando uma boa relação com os alunos, que por muitas vezes tem um olhar diferenciado sobre o profissional, por este ser o avaliador da ficha de inserção, como também por ser o “porta-voz” da saída do aluno, caso o mesmo não se adapte às normas da escola⁹.

Na Escola Marista Champagnat de Natal, a inserção de novos alunos se dá através do Serviço Social, que realiza um processo de seleção, com base em critérios socioeconômicos, na qual se utiliza da Ficha socioeconômica, como “porta de entrada” para a instituição e também como “porta de saída”, pois quando o aluno

⁹ As normas referidas são quanto a comportamento, respeito à diversidade aos colegas e profissionais da escola, não danificar o patrimônio, não utilizar drogas lícitas e ilícitas dentro da instituição, não realizar práticas sensuais etc.

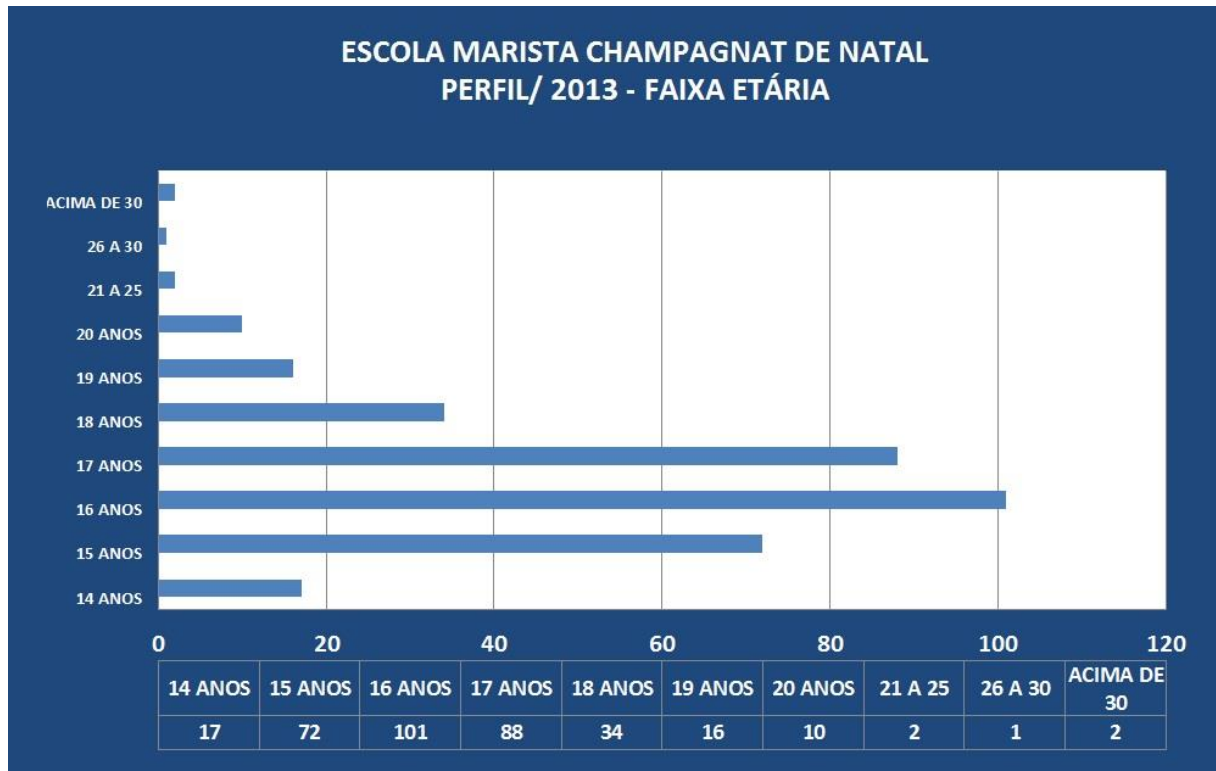
não se adapta à Escola ou necessita de transferência, busca o Serviço Social para justificar sua saída.

Para fins da pesquisa realizada para elaboração desta monografia, tomamos essas fichas socioeconômicas como fonte de pesquisa e instrumento de análise. Através deste mesmo instrumento buscamos fazer aqui uma breve caracterização do perfil socioeconômico da demanda, ou seja, dos alunos que ingressam na Escola Marista Champagnat de Natal, porém sem pretensão de reduzi-lo a um ou outro elemento que foi considerado para caracterização de seus perfis, analisando, também, as atribuições do Serviço Social no processo de identificação e enfrentamento da evasão escolar.

O elemento utilizado para a coleta de dados foi a ficha socioeconômica, instrumento utilizado pelo Serviço Social para a concessão de bolsas a alunos do ensino médio, onde foi considerada a faixa etária da demanda atendida, local de moradia, emprego. Importante destacar que referente ao ano 2013, só foram explorados os dois primeiros elementos.

Um dado que apontamos como significativo é a faixa etária dos alunos, com idade entre 14 e 30 anos, onde o menor índice é dos 26 a 30 anos de idade que poderia se encaixar no programa de Ensino de Jovens e Adultos, mas é uma oportunidade que é dada a ter acesso a uma educação de qualidade, e o maior índice é alunos com idade de 16 anos, considerando a maioria jovem, conforme se verifica no gráfico abaixo:

GRÁFICO 02: FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO DE 2013



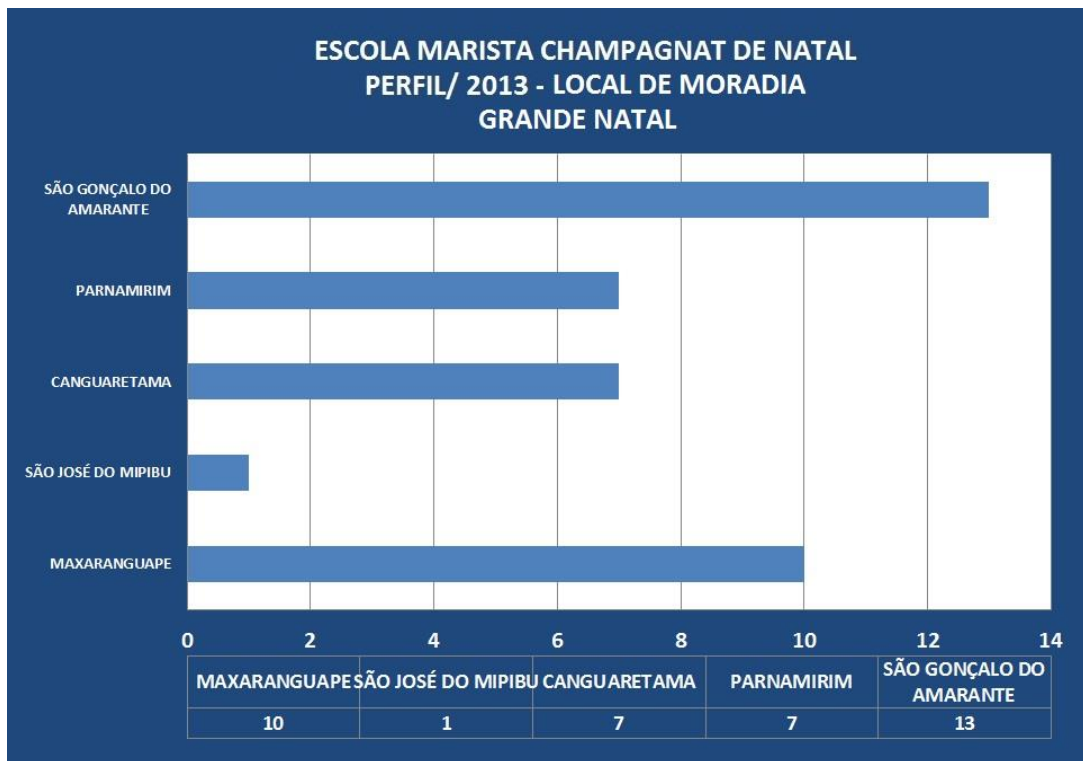
Fonte: Pesquisa documental Interna Escola Marista Champagnat de Natal, Outubro-Novembro/2013.

Os dados acima apresentam o perfil do aluno da Escola, onde se observa que a demanda atendida é um público jovem, em sua maioria adolescente. Com a experiência de estágio, e alguns atendimentos individuais vivenciados, identificamos um número considerável de alunos em condições socioeconômicas peculiares, onde se faz necessário a inserção desse aluno no mercado de trabalho muito cedo, por meio do Projeto Aprendiz, por muitas vezes encaminhado pela própria Escola através do Centro Marista da Juventude (CMJ).

Tal fator reflete diretamente no desempenho escolar desse aluno, o qual após a inserção no mercado de trabalho passa a ter dificuldades em organizar um tempo de estudo, ou até mesmo de acompanhar as aulas, pois, por vezes, é necessário que este trabalhe em tempo integral e, com isso, tende a atrasar a entrada na Escola. No entanto, no cotidiano nos deparamos com histórias de vida que surpreendem, e não é pelo fato destes alunos estarem numa instituição que oferece ensino de qualidade que será alterada as condições socioeconômicas, mas o bom aproveitamento deste ensino contribuirá para uma excelente formação

profissional no futuro, onde é possível observar que a grande demanda atendida é um público jovem, mas ainda assim existe uma pequena demanda adulta, o que nos faz refletir.

GRÁFICO 03: LOCAL DE MORADIA/GRANDE NATAL DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013



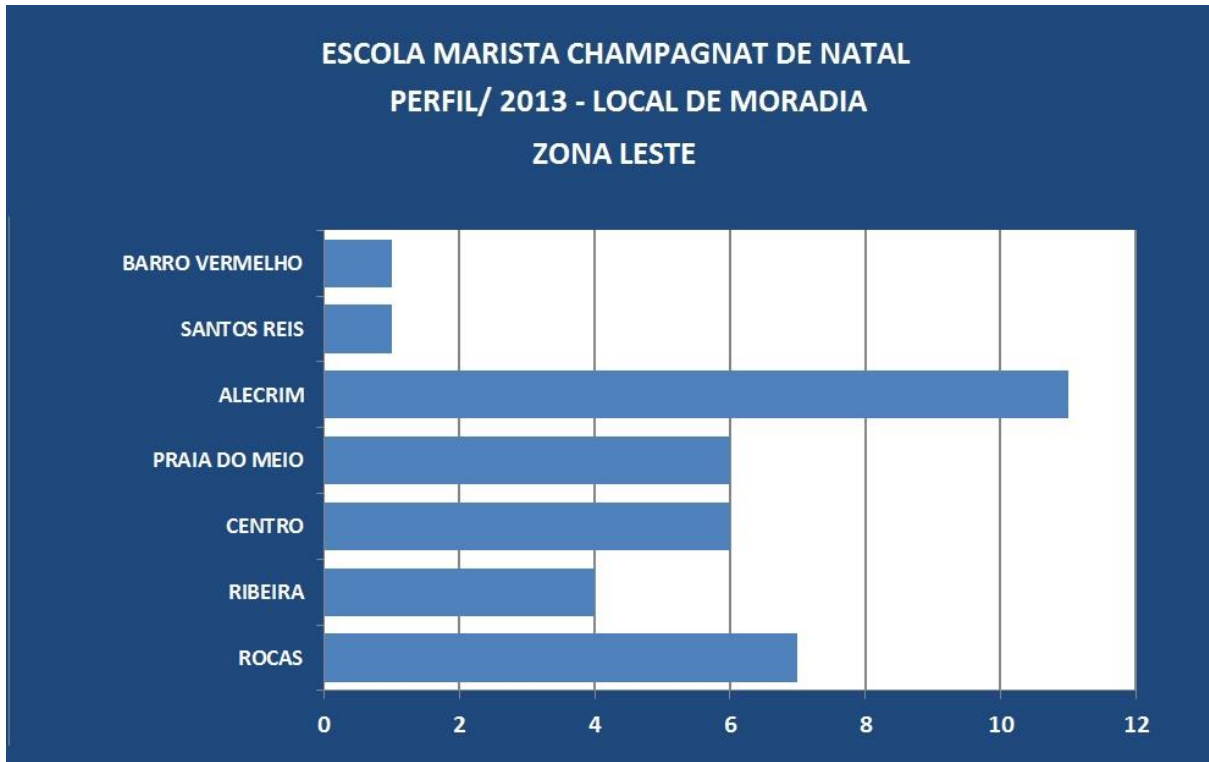
Fonte: Pesquisa documental Interna Escola Marista Champagnat de Natal, Outubro-Novembro/2013.

Como mencionado anteriormente, a demanda atendida na Escola Marista Champagnat atende o município de Natal, mas como apresenta o gráfico acima, por vezes, foram abertas algumas exceções. Os dados refletem uma característica típica da população brasileira, causada pela falta de acesso à educação, como também pela péssima estrutura e ensino nas escolas públicas. De fato, sabemos que a desigualdade social é um fator diretamente ligado à falta de políticas públicas efetivas que invistam numa educação de qualidade.

De acordo com o IBGE (2010), no Brasil, o índice de analfabetismo reduziu em quatro pontos percentuais do ano 2013 abaixo do registrado em 2012. Porém, há ainda milhões de brasileiros inseridos no índice de analfabetismo, de acordo com o censo de 2010. À medida que o país alcança crescimento econômico, consequente

ao aumento do mercado consumidor, verifica-se uma realidade contraditória comparada à educação do Nordeste, o qual apresenta o pior índice de analfabetismo no país. Tais problemáticas vêm justificar o índice relevante de alunos de municípios da grande Natal, demonstrando estarem insatisfeitos com o ensino do município o qual estão inseridos.

GRÁFICO 04: LOCAL DE MORADIA/ZONA LESTE DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013

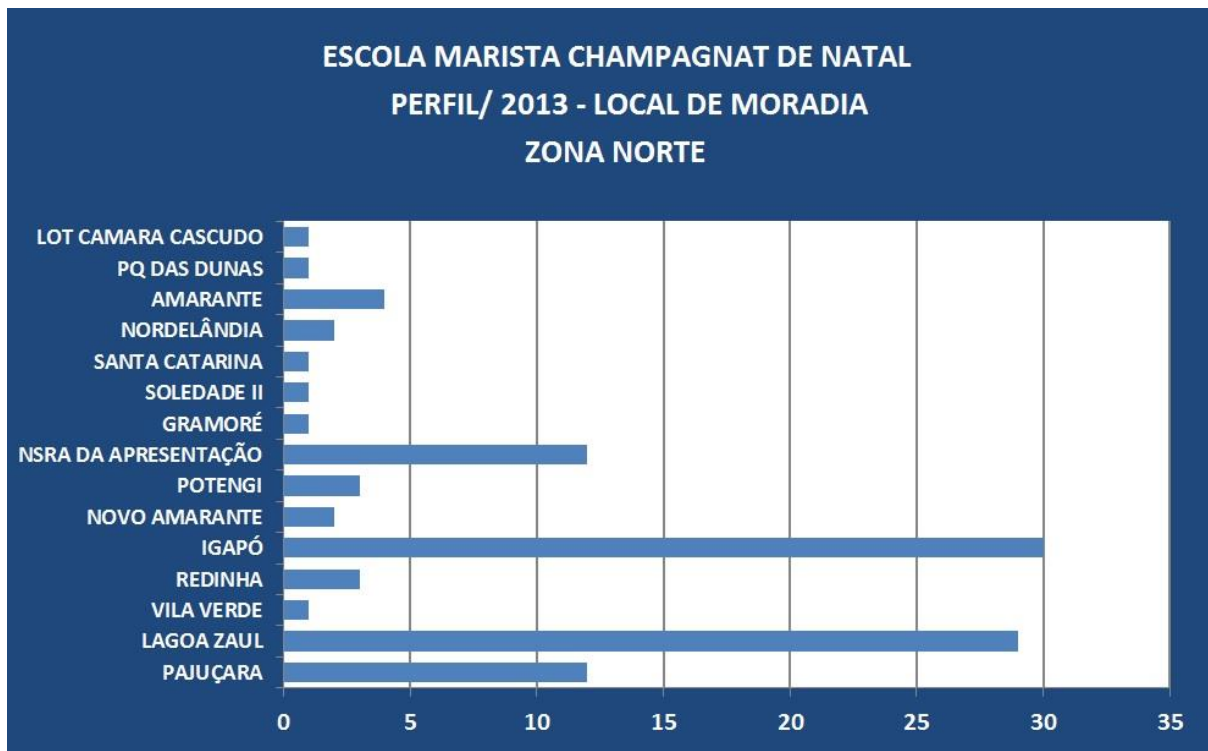


Fonte: Pesquisa documental Interna Escola Marista Champagnat de Natal, Outubro-Novembro/2013.

A Escola Marista Champagnat de Natal está localizado na zona leste da cidade, que de acordo com o gráfico acima, é a região na qual mais de 50% dos nossos alunos residem. O Serviço Social durante a entrevista socioeconômica tem como finalidade identificar a situação econômica da família do candidato, buscando colher o máximo de informações possíveis. No aspecto social, constatamos que a maioria detém de casa própria, mas identificamos também usuários com procedência habitacional cedida ou alugada, com índice equilibrado em ambas as partes.

Vale salientar, que durante a entrevista socioeconômica, é solicitada ao usuário, a documentação de todo grupo familiar, comprovação de residência e comprovação de renda. Assim, a análise dos dados busca identificar se a renda da família não ultrapassa R\$1.017,00 per capita, evidenciando a impossibilidade de arcar com custos de mensalidades de instituições de ensino privado. Entretanto, como a instituição acolhe a demanda do município de Natal, a procedência social em comum é a urbana, confirmando os requisitos postos.

GRÁFICO 05: LOCAL DE MORADIA/ZONA NORTE DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013



Fonte: Pesquisa documental Interna Escola Marista Champagnat de Natal, Outubro-Novembro/2013.

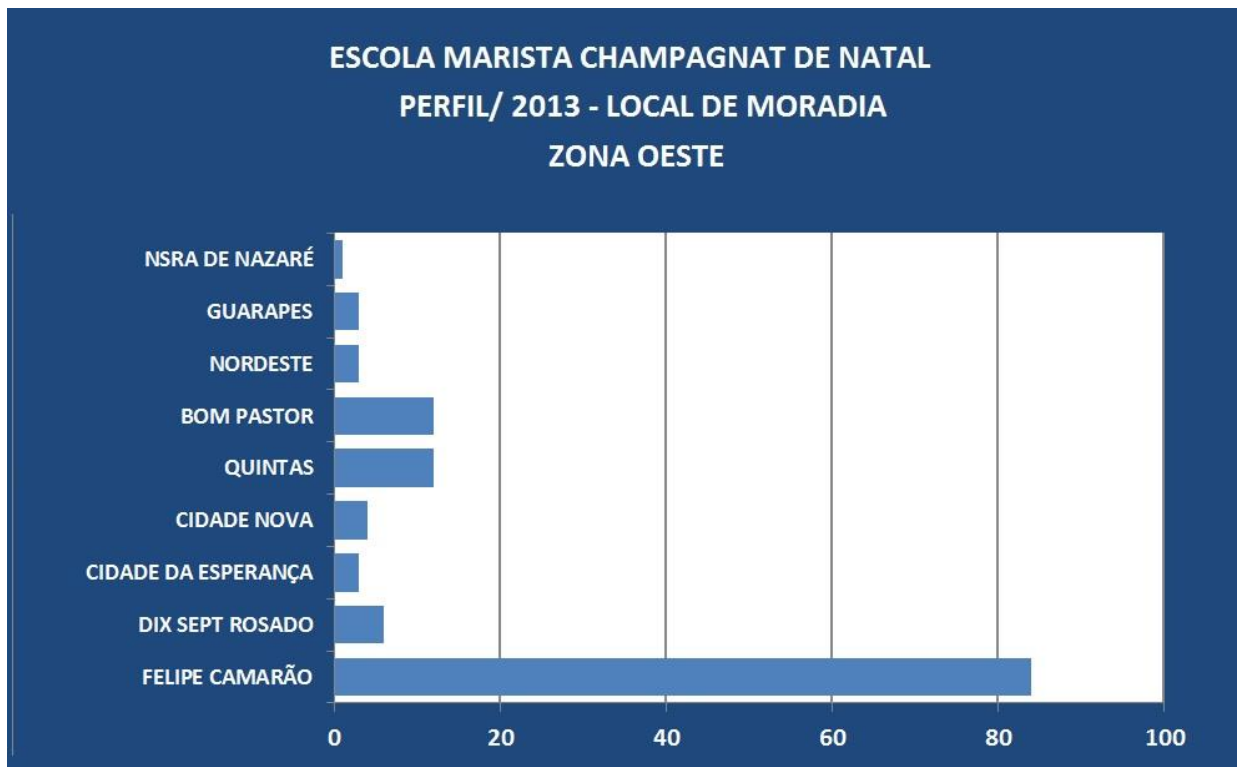
Segundo Barroso (2003), um estudo de qualidade de vida dos moradores de Natal, na zona norte, apresentada no gráfico acima com um índice relevante de alunos residentes, apresenta bairros cuja população tem a mais baixa renda da cidade, residindo em domicílios com as piores condições de saneamento básico, possuindo o mais baixo nível de escolaridade.

O mesmo estudo apresentou também elementos que confirmam o alto índice de pauperismo nas regiões norte e oeste, onde a renda média dos chefes de

domicílios e de até 02 salários mínimos. Observamos que a demanda vinda dessa região apresenta o mais baixo nível de escolaridade, com a participação forte do terceiro setor de instituições filantrópicas e ONG'S, enfrentando uma busca desenfreada pela garantia de direitos, ao mesmo tempo em que fornecem acessibilidade aos necessitados, assumindo por muitas vezes a responsabilidade pública.

A desigualdade social acarreta inúmeros problemas sociais advindos do sistema capitalista e infelizmente, esta é uma grande barreira a ser vencida. Portanto, há uma necessidade de criação de programas efetivos por parte do Estado, para poder atender essa grande demanda e minimizar essa triste realidade.

GRÁFICO 06: LOCAL DE MORADIA/ZONA OESTE DOS ALUNOS INGRESSANTES NO ANO 2013



Fonte: Pesquisa documental Interna Escola Marista Champagnat de Natal, Outubro-Novembro/2013.

A zona oeste de Natal apresenta características semelhantes à zona norte do mesmo município. No que se refere à qualidade de vida da população os moradores domiciliados nesses bairros apresentados no gráfico acima têm as piores

condições de moradia. Durante o ano letivo de 2013, foram realizadas algumas visitas domiciliares aos alunos da Escola Marista Champagnat de Natal, por último no bairro de Felipe Camarão, o qual foi de grande valia para conhecer as demandas sociais.

Entretanto, com a visita foi possível visualizar a ausência de políticas públicas, onde estudos apresentam falhas nos serviços prestados. No processo de divulgação da seleção de bolsas no ano 2013 nas escolas públicas do município de Natal, nos deparamos com escolas com péssimas estruturas, onde o número de alunos por turma demonstrava que a educação no Brasil tem muito a melhorar, onde a população torna-se dependente de instituições filantrópicas e ONG'S para ter acesso gratuito e de qualidade.

A visão geral obtida após o estudo e levantamento de dados da demanda atendida, onde foi verificada a faixa etária da demanda contemplada e locais de moradia, é possível afirmar após o estudo realizado que cada região tem sua peculiaridade, assim como cada família também apresenta características próprias, seja causada pelo desemprego, pela violência familiar, pelo não acesso à educação, mas que esses fatores contribuem diretamente para o aumento da evasão escolar, e o não reconhecimento social é o fundamento principal para a maioria das causas apresentadas.

Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão as repetências constantes, a necessidade do trabalho infantil para compor a renda familiar, a pobreza e a falta de comida em casa, a longa distância entre a escola e a casa, a falta de transporte, a falta de uniforme e material escolar, que dificultam a ida à escola todos os dias, além de motivos de ordem mais social, como o abuso sexual, dentro e fora de casa, ou até mesmo na escola; exploração sexual, a violência física ou psicológica com a criança ou entre seus familiares, o abuso físico e/ou psicológico na escola e/ou em casa, a não valorização do ensino por parte dos adultos, o casamento e/ou gravidez precoces, o uso e tráfico de drogas, a falta de segurança na localidade ou próximo à escola, brigas de gangues e dificuldades de acompanhamento dos conteúdos curriculares (MISSÃO CRIANÇA, 2001, s/p).

Os dados apresentados até aqui nos valeram de subsídios para uma análise crítica da realidade. Apesar da evasão escolar não ser uma realidade tão presente na Escola Marista Champagnat de Natal, este fator contribuíra para analisar se as condições estruturais e físicas da instituição são fatores que contribuem para a

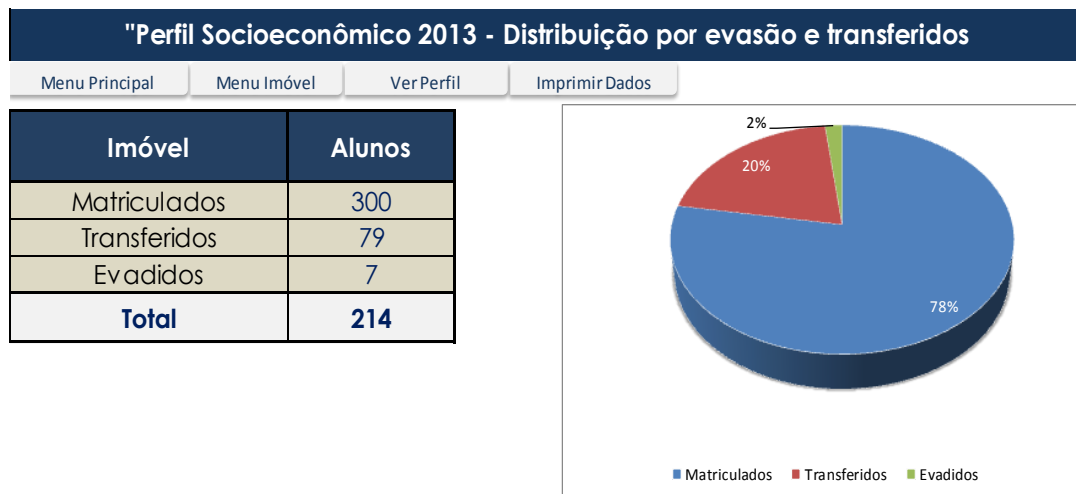
permanência do aluno na escola, como também se a participação direta de uma equipe multidisciplinar e do Serviço Social são fatores que contribuem para o baixo índice de evasão escolar na instituição.

Portanto, compreendemos a importância do Serviço Social no âmbito educacional, pois este atua no enfrentamento das expressões da questão social, na tentativa de viabilizar a efetivação de direitos, garantindo a equidade e integralidade. Visto isso, entende-se que a Educação é um direito a ser assegurado pelo Estado, garantindo um ensino público de qualidade que atenda toda a demanda.

4.1 PERFIL DA DEMANDA INSTITUCIONAL: Uma visão crítica da realidade.

O objetivo desta seção é apresentar os dados coletados para pesquisa monográfica, onde foi coletados dados do perfil da demanda atendida pela Escola Marista Champagnat de Natal, como também os dados da evasão escolar qual serão apresentados a seguir. Também foi utilizado como instrumento de coleta de dados o formulário de transferência utilizado pela secretária da instituição, o qual em sua maioria contém a justificativa da evasão e/ou transferência.

GRÁFICO 07: DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS EVADIDOS E TRANSFERIDOS 2013.



Fonte: A

autora, Setembro-Outubro 2014.

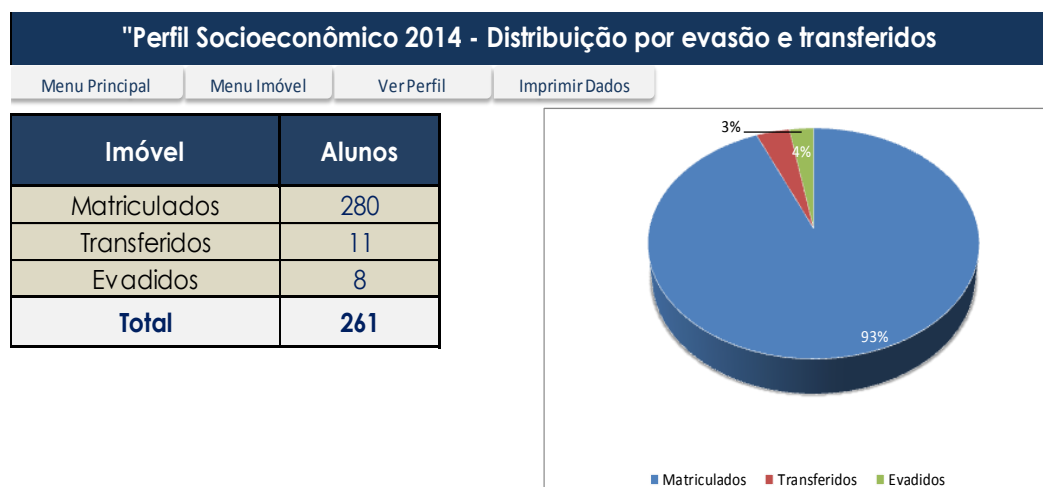
O gráfico apresentado acima é referente ao ano 2013, com um índice bastante relevante, tendo em vista que quando tratamos do assunto “evasão escolar” já relacionamos a uma instituição pública, supondo como causa o déficit de

professores, ausência de material básico para as atividades diárias escolares, gravidez precoce, envolvimento com drogas, ou até mesmo a não acessibilidade. No entanto, quando nos deparamos com uma instituição que possui todos os quesitos para oferecer um ensino de qualidade, nos surpreendermos ao nos depararmos com os dados.

Vale salientar que o aluno não obtendo um bom desempenho escolar durante o ano letivo, ou seja, na situação de reprovação, a norma institucional da Escola Marista Champagnat de Natal não permite que este aluno solicite a renovação da bolsa de estudos. Assim, como a maioria dos alunos vem de instituições de ensino público e se deparam com uma instituição que oferta o mesmo ensino do privado, com atividades avaliativas diárias, com acompanhamento literário no preparo para o Exame Nacional de Ensino Médio-ENEM desde sua inserção, estes educandos começam a apresentar dificuldades em acompanhar as disciplinas e obter boas notas, o que causa então a transferência no fim do ano letivo, ou antes, de seu término.

Outro fator relevante é o perfil socioeconômico, que na maioria das vezes, no ato da matrícula são omitidas algumas informações que somente no decorrer do ano, através da visita domiciliar, é observado que aquele aluno não possui o perfil de acordo com as normas do processo de seleção. Assim, junto com o relatório de visita é feita a observação, não permitindo que o aluno renove a bolsa, mas que permaneça na instituição até a conclusão do período letivo.

GRÁFICO 08: DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS EVADIDOS E TRANSFERIDOS 2014.



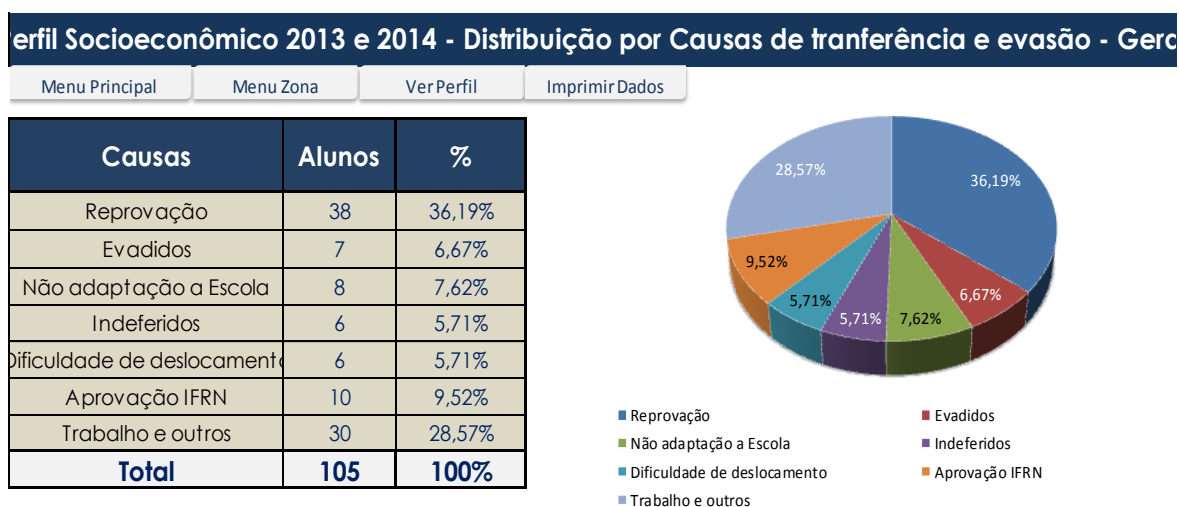
Fonte: A autora, Setembro-Outubro 2014.

Ao analisarmos o primeiro semestre de 2014, comparando-o com os dados do ano anterior, observamos que já tem um índice bastante significativo de alunos evadidos – quase o número total do ano que o antecedeu – o que nos instiga a buscar alternativas para intervir junto a esta realidade que por muitas vezes são camufladas que acabam dadas como esquecidas. O Serviço Social desempenha o papel fundamental no âmbito da educação, no enfrentamento das complexas expressões da questão social, onde somente a pedagogia não consegue enfrentar, fazendo necessário outros saberes como a atuação do Assistente Social.

A experiência de Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social na Escola Marista Champagnat de Natal foi uma experiência muito rica, onde exploramos e ampliamos o conhecimento, e aproximou das atribuições do Serviço Social na educação, no enfrentamento das expressões da questão social, na realização orientação social e encaminhamentos, no planejamento e execução de projetos que contribuem para análise da realidade social, posicionamento em favor da equidade e justiça social, todas essas atividades sob a supervisão da orientadora de campo, profissional de Serviço Social.

A prática nas instituições de educação é por meio da filantropia, regulamentada pela Lei nº 12.101/09, e tem como missão educar jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, para formar cidadãos comprometidos na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária.

GRÁFICO 09: DISTRIBUIÇÃO POR CAUSAS DE TRANSFERÊNCIA E EVASÃO

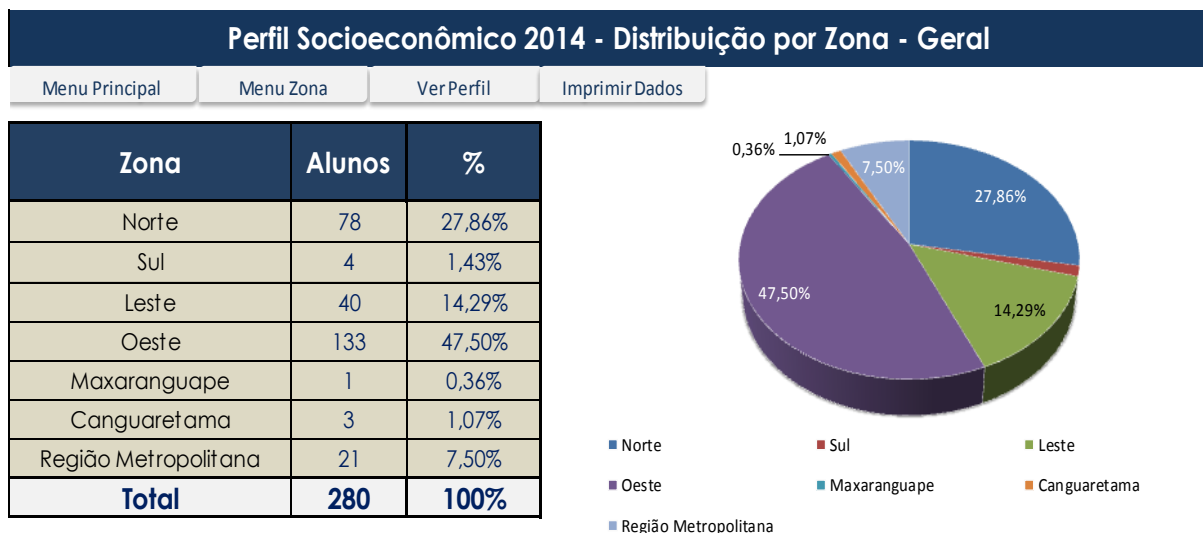


Fonte: A autora, Setembro-Outubro 2014

O gráfico acima demonstra as principais causas identificadas de evasão escolar, lembrando que só se caracteriza como evasão escolar a situação em que aquele aluno que abandona a escola ou reprova e não solicita transferência. Assim, a maioria dos casos acima se caracteriza evasão escolar, pois a maioria das causas identificadas foi por índice de reprovação, e mesmo assim demoravam a buscar a escola para solicitar transferência.

Outro índice apresentado que nos chamou mais atenção foi a escolha desses jovens em se inserir cedo no mercado de trabalho, priorizando essa inserção precoce, em detrimento da conclusão dos estudos, pois a necessidade “fala mais alto” – ter que ajudar nas despesas da família ou até mesmo por constituírem família muito cedo.

GRÁFICO 10: DISTRIBUIÇÃO POR ZONA DE MORADIA.

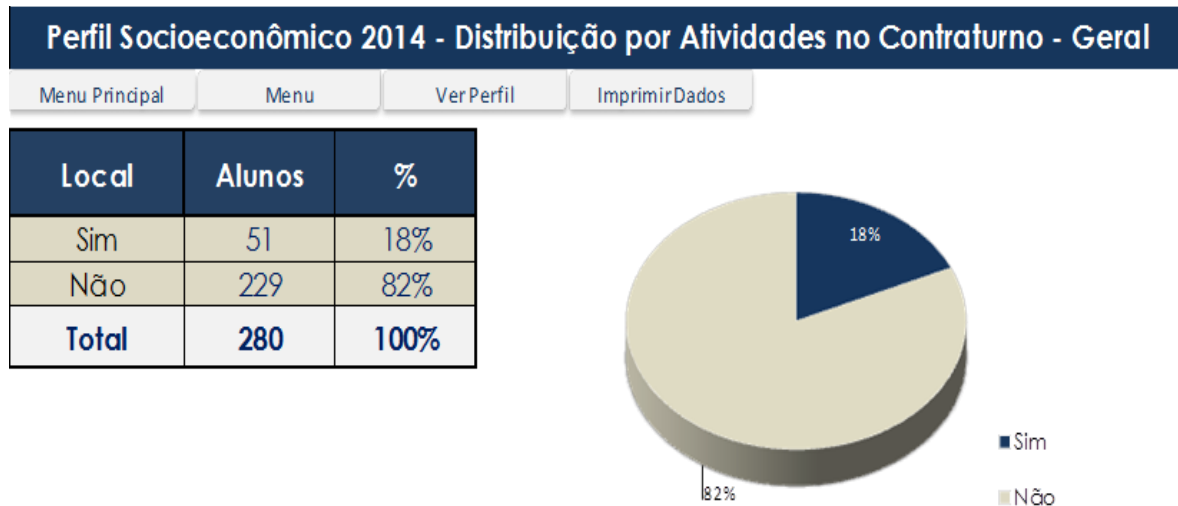


Fonte: A autora, Setembro-Outubro 2014.

A Escola Marista Champagnat oferta vagas para bolsistas apenas do Município de Natal, com exceções, regulamentado pela Lei da Filantropia que devem atender apenas o município onde estar inserido e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a qual assegura o aluno o direito do acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência. No entanto, os dados coletados busca apresentar e refletir sobre as inúmeras expressões da questão social camufladas, a

qual é expressa diretamente no desempenho escolar dos educandos. Esses dados refletem que nem sempre os municípios ofertam uma educação de qualidade, fazendo com que esses indivíduos se desloquem em busca de uma educação de qualidade.

GRÁFICO 11: DISTRIBUIÇÃO POR BENEFÍCIO DO GOVERNO



Fonte: A autora, Setembro-Outubro 2014.

Com já citado acima, observamos que um dos índices mais preocupantes da evasão escolar são as atividades de contraturno, que na grande maioria, estão relacionadas ao mercado de trabalho, onde o jovem começa a assumir o papel de responsabilidade financeira familiar. Ressaltamos ainda que quando observarmos o comportamento do adolescente dentro da escola é possível notar que este comportamento advém de relações estabelecidas sua infância, uma vez as crianças são o espelho daquilo que recebem dentro de casa; se convive com situações de agressividade podem apresentar-se da mesma forma com os colegas e professora ou partindo para o extremo, tornando-se apática às relações sociais, se excluindo do grupo. Já as crianças que convivem num ambiente familiar saudável, de amizade, amor e respeito conseguem estabelecer vínculo positivo com quase todo o grupo, sem dificuldades, assim eles herdam também responsabilidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem é um processo construído em base estruturante que nos capacita para o exercício de diversas atividades. No campo acadêmico o alicerce deve está pautado na apreensão de conhecimento, sendo este dividido em teorização e a prática. Entretanto, ao se evidenciar os momentos escondidos não há a dissociação entre eles, já que um complementa o outro, a prática está sempre ligada à compreensão teórica a qual nos é atribuída ao longo da formação profissional.

A existência do Serviço Social escolar se faz necessária para a percepção do contexto social em que o aluno está inserido, promovendo assim, a relação dessa realidade social com a realidade institucional. Buscando, dessa maneira, compreender o que o aluno vivencia na instituição.

A realização desse trabalho de pesquisa monográfica fez perceber que existe uma sociedade carente de direitos sociais e que as expressões da questão social afetam e/ou interrompem sua formação social e intelectual. O Serviço Social surge em resposta a essa demanda social articulado à garantia de direitos, assumindo a responsabilidade de mediador entre o Estado e a Sociedade.

No âmbito da educação assume um papel social e educativo, ao mobilizar diferentes instituições e profissionais na busca de uma educação produtiva, novas demandas surgem diariamente, por isso o Serviço Social necessita utilizar novos instrumentos investigativos para atender essa demanda, trazendo respostas e intervindo.

Portanto, essa experiência faz nos aproximarmos de uma realidade, muitas vezes invisível, onde as causas da evasão escolar, baixo desempenho e problemas de aprendizado são ocultados. Contudo, com o olhar do Serviço Social abrem-se portas para intervenções que contribuem e estreitam as relações entre família, escola e sociedade.

Concluimos aqui, porém sem encerrar ou finalizar as reflexões acerca das temáticas elencadas. A construção desta monografia se fez numa tentativa de colocar em cena questões candentes que se complexificam e demandam do Estado à garantia da educação como um direito e também das condições de acesso e

permanência na escola. Sendo considerado apenas um fragmento de toda problemática existente, a qual necessita de novas articulações para compreender e buscar novos métodos para trazer respostas à demanda.

REFERÊNCIAS

A chegada da Família Real e o Brasil do século XIX. Disponível EM:>>
<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/a-chegada-familia-real-brasil-seculo-xix.htm>.>> Acesso em 22 de outubro de 2014.

A criação do colégio Pedro II. Disponível em:
>>http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/criacao_pedroii.html>> Acesso em 02 de Novembro de 2014.

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO, Disponível EM:>>
<http://gtsseduufpb.blogspot.com.br/2011/03/importancia-do-assistene-social-na.html>. >> Acesso em 5 de Outubro de 2014.

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Educação Pública e Serviço Social. In. **Serviço Social e Sociedade.** N°63. São Paulo: Cortez, 2011.

Aprovação, Reprovação, Abandono, Evasão escolar e Distorção Idade-Série, Disponível EM:>>
<http://www.qedu.org.br/ajuda/artigo/212405>.>> Acesso em 22 de outubro de 2014.

BARROCO, Maria Lucia e Terra, Syevia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** CFESS, São Paulo: Cortez, 2012.

Brasil tem segundo maior índice de analfabetismo da América do Sul. Disponível EM:>>
<http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5900.jhtm>>> Acesso realizado dia 09 de setembro de 2014.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília, nov; 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Disponível EM: >><http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>> Acesso em 09 de Agosto de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.>> Acesso em 02 de Outubro de 2014.

Censo 2010. Disponível EM:>><http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>> Acesso em 09 de Agosto de 2014.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível EM>>http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/CEP_1993.pdf.>> Acesso em 02 de outubro de 2014.

Colégio Marista de Natal. Disponível EM:>><http://marista.edu.br/natal/o-colegio/missao-e-valores/>.>> Acesso realizado em 02 de novembro de 2014.

Compilado.htm>. Acesso em 09 set. 2014.

Distrito Marista do Amazônia. Disponível EM: >><http://maristas.org.br/institucional/dma>. >> Acesso realizado em 02 de novembro de 2014.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11^a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KLEIN, Ruben. **Por uma educação de qualidade**. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v.11, n.38, p.115-120, jan./mar. 2003.

Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências). Brasília, DF, 1990. Disponível EM: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 10 set. 2014.

Lei 12.101, de 27 de Novembro de 2009 (Dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes). Brasília, DF, 2009. Disponível EM:>>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm>>Acesso em 20 de Setembro de 2014.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade Civil”: Estado e “terceiro setor” em questão**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 53. São Paulo: Cortez,1999.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do Capital**. São Paulo:Boitempo Editora,2005.

MOREIRA, Elizeu Vieira. **História da Educação Brasileira na Ditadura do Capital (1986-até o presente)**. Disponível EM:>><http://artigonal.com/ciência-artigos/historia-da-educacao-brasileira-na-ditadura-do-capital-1986-ate-o-presente-4369500.html/>>>acesso em 22 de Agosto de 2014.

O Serviço Social na Educação. In: REVISTA INSCRITA. N6. Conselho Federal de Serviço Social, 2001.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência Social: do discurso do estado a pratica do serviço social.** 2a ed., Florianópolis: UFSC, 1996.

Pastoral Marista. Disponível EM:>><http://www.pastoralmarista.org.br/institucional-marista-centro-sul/D96>.>> Acesso em 05 de Outubro de 2014.

Período Pombalino. Disponível EM:>><http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/periodo-pombalino/>.>> Acesso em 22 de outubro de 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A organização Escolar.** 18º Ed.rev. ampl. Campinas, SP: Autores associados, 2003 (Coleção Memória da Educação).

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.**36. Ed Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social/Carlos Simões.** - 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Ilka de Lima. **Serviço Social na Educação Saberes e Competências Necessários no Fazer Profissional.** Natal, 2004.249f. Tese (doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, www.cefess.org.br, acessado dia 20 de setembro de 2013.